

Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas



LEONARDO GIOACHINI DE PAULA

**A interface entre o comércio internacional e as normas de sustentabilidade: uma análise
sob a ótica do Acordo Comercial Mercosul - União Europeia**

São Paulo, 2020.

LEONARDO GIOACHINI DE PAULA

**A interface entre o comércio internacional e as normas de sustentabilidade: uma análise
sob a ótica do Acordo Comercial Mercosul - União Europeia**

Monografia apresentada na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como trabalho de conclusão de curso, sendo requisito parcial à graduação e obtenção do título de Bacharel em Direito.

Área de concentração: Direito Internacional/Direito do Comércio Internacional/ Direito Internacional Econômico

Orientador: Professor Doutor Rabih Nasser.

São Paulo
2020

LEONARDO GIOACHINI DE PAULA

**A interface entre o comércio internacional e as normas de sustentabilidade: uma análise
sob a ótica do Acordo Comercial Mercosul - União Europeia**

Monografia apresentada na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como trabalho de conclusão de curso, sendo requisito parcial à graduação e obtenção do título de Bacharel em Direito.

Área de concentração: Direito Internacional/Direito do Comércio Internacional/ Direito Internacional Econômico

Orientador: Professor Doutor Rabih Nasser.

Data de aprovação: 30/04/2021.

Banca Orientadora:

Prof. Dr. Rabih Nasser / FGV-EDESP

Profa. Dra. Vera Thorstensen / FGV-EESP

Profa. Dra. Claudia Marques / Mackenzie-SP

AGRADECIMENTOS

Essa obra é dedicada a todos aqueles que, de alguma forma e em algum momento, me deram forças para seguir meu próprio caminho, com minhas verdades e minhas paixões.

Aos meus pais e família, que em momento algum deixaram de me amparar e sempre foram um verdadeiro porto seguro. Sempre serei eternamente grato não só por sempre estarem ao meu lado, me apoiando em todas as empreitadas, mas também me ensinando todos meus valores e me ajudando a encontrar meu caminho. Obrigado por serem a parte mais importante da minha vida.

Ao professor Rabih, a quem tenho grande estima, agradeço imensamente por acreditar em meu potencial e por toda a mentoria acadêmica e profissional, que de forma alguma se restringe a este Trabalho. Agradeço também à Marina Takitani, que tanto me ensinou (e ensina) neste mundo do direito internacional, desde nossos tempos na *John H. Jackson Moot Court Competition*. Não posso deixar de agradecer à Profa. Vera Thorstensen e à Dra. Claudia Marques pelos excelentes comentários que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

Aos queridos e queridas Amuny, Caio, Deborah, Eduardo, Felipe, Fernando, Gabriela, Giulia, Giuliana, Henrique, Júlia, Laís, Luca, Miguel, Naomi, Natalie, Pedro, Pietro, Rodrigo Machado, Rodrigo Urrutia, Rodrigo Yu, Thais e Tiago, agradeço o companheirismo e pelos laços que criamos durante os últimos anos. Vocês são, verdadeiramente, uma segunda família para mim e agradeço todos os dias pela presença de vocês em minha vida.

*Out of the night that covers me
Black as the pit from pole to pole,
I thank whatever gods may be
For my unconquerable soul.*

*In the fell clutch of circumstance,
I have not winced nor cried aloud.
Under the bludgeonings of chance
My head is bloody, but unbowed.*

*Beyond this place of wrath and tears
Looms but the Horror of the shade,
And yet the menace of the years
Finds, and shall find, me unafraid.*

*It matters not how strait the gate,
How charged with punishments the scroll,
I am the master of my fate:
I am the captain of my soul.*

William Ernest Henley (1849-1903)

Resumo: O objetivo do presente Trabalho de Conclusão de Curso é, sob o contexto geral da interface entre o comércio internacional e o campo da sustentabilidade e preservação ambiental, analisar as inovações trazidas pelos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo Comercial Mercosul-União Europeia, com foco nas obrigações presentes no Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável do acordo supracitado.

As negociações do acordo de livre-comércio entre dois dos mais importantes blocos comerciais do mundo, o Mercosul e a União Europeia, foram concluídas no dia 28 de junho de 2019. Embora seu processo de assinatura e ratificação ainda esteja pendente, as inovações trazidas por tal compromisso internacional são inegáveis, o que justifica sua análise antes da entrada em vigor, para um melhor entendimento de seus impactos, não só com relação ao comércio inter-blocos, mas frente às mudanças que inerentemente afetarão seus membros.

Dessa forma, o presente trabalho empreende análise da interface entre o comércio internacional, representado por suas normas e prática, e as políticas de desenvolvimento sustentável, representadas pelas normas de sustentabilidade, como as presentes no Acordo Comercial UE-Mercosul. Em um primeiro momento, este trabalho explora as implicações que a solução alcançada através do âmbito birregional traz ao Brasil, do ponto de vista de sua inserção no comércio global e nas cadeias globais de valor.

O cerne do trabalho, todavia, foca na análise da inclusão de compromissos ambientais em acordos comerciais, e mais especificamente dos inéditos compromissos assumidos pelo Brasil enquanto Estado-Membro do Mercosul no âmbito de seu arranjo associativo com a União Europeia. Além da análise do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável no Acordo supracitado, como também será apresentado levantamento dos principais benefícios e desafios impostos por este Acordo e suas obrigações na seara ambiental, a fim de explicitar seus impactos.

Palavras-chave: Direito do comércio internacional. Normas de sustentabilidade. Acordos regionais. Acordo comercial Mercosul-União Europeia. Crise do Sistema Multilateral de Comércio. Proliferação de acordos regionais.

Abstract: The objective of this Thesis is, under the general context of the relationship between international trade and the field of sustainability and environmental preservation, to analyze the innovations brought about by the international commitments assumed by Brazil under the Mercosur-European Union Trade Agreement, focusing on the obligations present in the Trade and Sustainable Development Chapter of the abovementioned agreement.

The Free-Trade Agreement between two of the world's most important trading blocs, Mercosur and the European Union, was signed on June 28, 2019. Although its ratification process is still pending ratification, the innovations brought by such an international commitment are undeniable and should be analyzed before their entry into force, for a better understanding of their impacts, not only with regard to inter-block trade, but in the face of changes that will inherently affect its members.

In that sense, the present work undertakes an analysis of the interface between international trade, represented by its standards and practice, and sustainable development policies, represented by sustainability standards, such as those present in the EU-Mercosur Trade Agreement. At first, this work explores the implications that the solution reached through the bi-regional scope brings to Brazil, from the point of view of its insertion in the global trade and in the global value chains.

The core of the work, however, focuses on the assessment of the inclusion of environmental commitments in trade agreements, analyzing the specific case of the unprecedented commitments assumed by Brazil as a Member State of Mercosur within the scope of its associative arrangement with the European Union. In the end, the contribution of this work will not only be the analysis of the Trade and Sustainable Development Chapter in the aforementioned Agreement, but also a weighing of the main benefits and challenges imposed by this Agreement and its obligations in the environmental field, in order to better ascertain its impacts.

Keywords: International Trade Law. Sustainability provisions. Regional Trade Agreements. EU-Mercosur Trade Agreement. Crisis of the Multilateral Trading System. Proliferation of Regional Trade Agreements.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Evolução dos acordos regionais em vigor no mundo, comparando Brasil, América do Sul e Europa.

Gráfico 2 – Número de Acordos Regionais x Comércio Mundial em Exportações.

Gráfico 3 - Participação nas cadeias globais de valor.

Gráfico 4 – Linha do Tempo do Acordo Mercosul-União Europeia.

Gráfico 5 – Percentual de inclusão de dispositivos WTO-Extra em Acordos Regionais.

Gráfico 6 – Número de *policy areas* abarcadas por Acordos Regionais de Comércio ao longo do tempo.

Gráfico 7 – Série histórica da União Europeia enquanto parceiro comercial brasileiro

Gráfico 8 - Top 10 produtos exportados pelo Brasil à UE

Gráfico 9 - Top 10 produtos referentes às principais importações brasileiras originadas da UE

Quadro 1 - Regras acerca do meio-ambiente nos acordos da OMC

Quadro 2 – Estruturas institucionais do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável

Quadro 3 - Quatro pilares da política comercial europeia.

Quadro 4 – Análise dos benefícios do Acordo Comercial

Anexo 1 - Acordos Regionais de Comércio assinados pelo Brasil ainda em vigência (ou com vigência pendente)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

CGV – Cadeias Globais de Valor

DSB – Dispute Settlement Body

EUA – Estados Unidos da América

GATS – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços

GATT – General Agreements on Trade and Tariffs

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MFN – Most Favoured Nation

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PTA – Preferential Trade Agreement

RTA – Regional Trade Agreement

SMC – Sistema Multilateral de Comércio

SPS – Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

TBT – Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio

TRIPS – Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

UE – União Europeia

VCLT – Vienna Convention on the Law of Treaties

OIT – Organização Internacional do Trabalho

FOB – Free on Board

UNCLOS - United Nations Convention on the Law of the Sea

SCM – Acordo sobre subsídios e medidas compensatórias

CCI – Câmara de Comércio Internacional

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO E METODOLOGIA	9
CAPÍTULO II - MULTILATERALISMO E REGIONALISMO: ARRANJOS ASSOCIATIVOS NO ÂMBITO DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	17
2.1. O modelo associativo dos Acordos Regionais e a compatibilidade dos Acordos Regionais com o Sistema Multilateral de Comércio	17
2.2. As perspectivas de integração regional brasileira	22
CAPÍTULO III - O ACORDO COMERCIAL MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA	26
3.1 Breve histórico	26
3.1.1. Fase de Negociações	26
3.1.2. Próximos passos rumo à finalização do Acordo	29
CAPÍTULO IV – O CAPÍTULO DE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31
4.1. O fórum regional como uma resposta à crise do multilateralismo: o exemplo das normas de sustentabilidade	31
4.2. O capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável	36
4.2.1. Objetivos, escopo de aplicação, o ‘direito de regular’ e obrigações de transparência	38
4.2.2. Relação com acordos multilaterais e seus standards	41
4.2.3. Comércio internacional e mudanças climáticas, biodiversidade e gestão sustentável das florestas, da pesca e da aquicultura	44
4.2.4. Evidências técnico-científicas	46
4.2.5. Comércio internacional, manejo responsável das cadeias produtivas e demais iniciativas comerciais e de investimento relacionadas ao desenvolvimento sustentável	47
4.2.6. Subcomitê em comércio e desenvolvimento sustentável, consultas, painel de experts e resolução de disputas	48
CAPÍTULO V – OS POTENCIAIS EFEITOS DO ACORDO COMERCIAL UE-MERCOSUL	49
5.1. Vantagens e desafios a partir da implementação do Acordo	52
5.1.1. Desafios impostos pela implementação do Acordo	52
5.1.2. As assimetrias entre Mercosul e União Europeia	62
6. CONCLUSÃO	67

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

No dia 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral da das Nações Unidas ("AGNU") aprovou a Resolução 70/1, denominada "*Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*".¹ A referida Resolução, que estabeleceu a chamada Agenda 2030, determinou um período de quinze anos para que os 193 países-membros da Organização das Nações Unidas ("ONU") avancem no âmbito de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS"), que contrabalanceiam os três âmbitos abarcados pelo conceito de desenvolvimento sustentável: o âmbito econômico, o social e o ambiental.

Essa resolução, embora não vinculante juridicamente, possui caráter de recomendação para todos os membros da organização e denota uma nova tendência no cenário internacional: a crescente preocupação com a preservação do meio-ambiente e dos recursos naturais, principalmente através da promoção do chamado desenvolvimento sustentável. Em uma pesquisa desenvolvida pela agência global de pesquisas Glocalities, baseada em Amsterdã, atestou-se tal tendência de crescimento com relação a preocupações de ordem ambiental. Cerca de 71% da população global se mostrava preocupada, em 2014, com os impactos negativos da ação humana no meio ambiente, número que cresceu para 77% no ano de 2019².

O esforço para disseminação do desenvolvimento sustentável, por sua vez, busca integrar o desenvolvimento econômico e social das nações com a preservação dos recursos naturais finitos do planeta. A partir da ótica do desenvolvimento econômico, o mundo contemporâneo é marcado pelo fenômeno da globalização. Stiglitz conceituou o fenômeno da globalização como um movimento de "maior integração" entre países e pessoas, proporcionada pela abundante redução em custos de comunicação e transporte, além da retirada de barreiras ao fluxo de bens, serviços, capital e pessoas.³ É, portanto, inegável o papel do comércio internacional nesta tendência de globalização, identificado por Martin Wolf em sua célebre obra

¹ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Resolução 70/1**. A/RES/70/1, "Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development", adotada em 25 de setembro de 2015.

² LAMPERT, Martijn *et al.* **Global rise in environmental concern: Glocalities global trend analysis report**. Amsterdam: Glocalities, 29 de agosto de 2019.

³ STIGLITZ, Joseph. **Globalization and Its Discontents**. New York: W.W. Norton, 2002, p. 9.

“*Why Globalization Works?*”⁴ como uma das forças motrizes da globalização, em conjunto com os avanços tecnológicos.

A partir desta estreita relação entre a globalização e o comércio internacional com o desenvolvimento econômico global, resta perguntar qual o papel destes para a garantia de um modelo sustentável de produção, distribuição e comercialização, que balanceie ganhos econômicos e a preservação ambiental.

A supramencionada Resolução 70/1, da Assembleia Geral da ONU, fez referência explícita ao comércio internacional e seu papel na realização dos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", ao sustentar que o comércio entre as nações é um motor direcionado ao crescimento econômico, à redução da pobreza, e à realização do ideal do desenvolvimento sustentável, através da promoção de um sistema de regras de comércio que seja universal, previsível, não-discriminatório e transparente, que sustente a liberalização do comércio.

Na esteira da globalização, marcadamente presente no mundo pós-2ª Guerra Mundial, o comércio internacional tem sido um importante condutor de desenvolvimento econômico. Conforme já era anunciado por Adam Smith em “A Riqueza das Nações” e posteriormente ressaltado por David Ricardo e sua teoria das vantagens comparativas⁵, o comércio internacional carrega um grande potencial de desenvolvimento econômico, conclusão amplamente apoiada pela literatura econômica nos últimos dois séculos.

Paul Samuelson, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1970, chegou a defender que a liberalização do comércio internacional garantia uma divisão mutuamente benéfica para as partes envolvidas, do ponto de vista trabalhista, do potencial produtivo das nações, e do próprio desenvolvimento econômico e social.⁶ Em 2015, a Comissão Executiva da Presidência dos EUA publicou um relatório intitulado “The Economic Benefits of US Trade”, onde defendeu que o comércio internacional possibilitou uma utilização mais eficiente das unidades produtivas de trabalho e capital, aumentando produtividade e crescimento econômico.⁷ Outro indicativo da relevância do comércio global para o desenvolvimento

⁴ WOLF, Martin. *Why Globalization Works?* Yale University Press, 2005.

⁵ RICARDO, David. **The Principles of Political Economy & Taxation**. London / New York: J.M. Dent; E.P. Dutton, 1911.

⁶ SAMUELSON, Paul. **Economics**. 10th ed. New York: McGraw-Hill, 1976, p. 692.

⁷ EXECUTIVE OFFICE OF THE PRESIDENT OF UNITED STATES. **The Economic Benefits of US Trade**, maio de 2015, p. 5. Disponível em: www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/cea_trade_report_final_non-embargoed_v2.pdf. Acesso em março de 2020.

econômico é que os países em desenvolvimento também se beneficiaram fortemente da onda de integração comercial iniciada na década de 80, a exemplo da China e Índia.⁸

Todo o desenvolvimento econômico trazido pelo comércio internacional, em conjunto com outros pilares da economia internacional, cobrou seu preço. É verdade que a expansão do comércio global e do desenvolvimento econômico observado no século passado se mostrou concomitante a um relevante aumento nas emissões de carbono, para citar um exemplo.

De 1960 a 2014, as emissões de dióxido de carbono ("CO₂") e o crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB") dos maiores emissores⁹ de CO₂ demonstraram um crescimento diretamente proporcional. Todavia, a correlação entre esses dois fatores ainda é amplamente debatida e muitas variáveis se encontram entre tais dados e uma conclusão concreta. Fato é que alguns países desenvolvidos, como os constituintes da União Europeia, têm mostrado uma queda gradual em suas emissões de carbono enquanto mantiveram, por tempo considerável, um crescimento econômico.¹⁰

Independentemente de quaisquer relações de causalidade que possam ser encontradas através de dados estatísticos e pesquisas empíricas, todos os dados supracitados, a Resolução 70/1 da Assembleia Geral da ONU e o papel desempenhado pelo comércio internacional ao longo das décadas denota para a seguinte premissa: o comércio internacional afeta diretamente a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, à medida em que a produção de bens e sua comercialização muitas vezes envolve o manejo de tais recursos, tal qual também afeta diretamente o desenvolvimento econômico global.

O crescimento econômico possibilitado pela expansão do comércio internacional, embora possa levar ao aumento de níveis de poluição, esgotamento de recursos naturais e à especialização em atividades que poluem intensamente, pode contribuir para uma maior capacidade de manejo sustentável de nossos recursos naturais. Um exemplo simples seria pensar na abertura de mercados à comercialização de novas tecnologias importadas, que podem vir a permitir um sistema de produção mais eficiente e que diminua o uso de insumos como energia, água, dentre outros. Tais apontamentos levam à pergunta central de "como o comércio

⁸ WORLD BANK. **Global economic prospects and the developing countries**: 2001, 05 de maio de 2004. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/937201468139765536/global-economic-prospects-and-the-developing-countries-2001-overview>. Acesso em: março de 2020.

⁹ Segundo dados do Banco Mundial, à época da realização da pesquisa referida, os maiores emissores considerados eram: EUA, a União Europeia, China, Japão e Índia.

¹⁰ NUÑEZ-GIMENEZ, Alejandro. **Can we afford economic growth and limit global warming?** Group for Sustainability and Technology, at ETH Zürich, 2017 Disponível em: <https://anunezjimenez.com/2017/10/02/can-we-afford-economic-growth-and-limit-global-warming/>. Acesso em março de 2020.

internacional pode impactar positivamente a promoção do desenvolvimento sustentável e suportar um crescimento econômico que leve à prosperidade dos países?".

Várias respostas a tal questionamento vêm sendo formuladas há anos. Uma opção para a discussão, negociação e desenho de tais soluções pode ser a arena multilateral, em negociações empreendidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio ("OMC"). Enquanto organização internacional fundante do Sistema Multilateral de Comércio ("SMC"), a OMC possui como uma de suas funções servir como fórum para negociações entre os países-membros, no que concerne às suas relações comerciais multilaterais e em matérias relacionadas ao Acordo constituinte da OMC ("WTO Agreement").¹¹

Todavia, o exercício da função negocial da organização vem sendo severamente obstado pelo insucesso da Rodada Doha.¹² Muito embora a OMC seja um fórum permanente de negociações, à época de sua concepção, os países-membros entenderam que o sucesso de negociações comerciais no âmbito multilateral dependia de um *momentum* político, provido pelas rodadas de negociações concebidas à semelhança do que ocorria no GATT.¹³

Assim, a chamada Rodada Doha se iniciou em novembro de 2001 com a Conferência Ministerial de Doha. Por motivos que serão explorados no capítulo II deste trabalho, o desfecho das negociações da supracitada Rodada permanece em aberto, com um fracasso em relação ao avanço de negociações multilaterais que já beira duas décadas. Basicamente, o princípio do "Single Undertaking",¹⁴ que norteou as negociações desde o início da Rodada Doha, foi um dos grandes impeditivos de qualquer avanço, já que esse estatui que não há um acordo final passível de implementação no âmbito da OMC até que se chegue a um acordo com relação a todas as pautas selecionadas para discussão.

Além do princípio do "Single Undertaking", a determinação de que todas as decisões devem ser consensuais¹⁵ freou consideravelmente o andamento da Rodada Doha, face às divergências políticas entre os membros, nas mais variadas matérias. Feita tal contextualização, uma solução para maior formalização da interface entre o comércio internacional e o desenvolvimento sustentável se mostrou improvável no âmbito multilateral, que até hoje falhou em se mostrar como uma arena possível para tais discussões. A ausência de consenso entre os

¹¹ VAN DEN BOSSCHE, Peter; ZDOUC, Werner. *The law and policy of the World Trade Organization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 90.

¹² WTO. **Ministerial Conference, Doha Ministerial Declaration**, WT/MIN(01)/DEC/1, 20 de Novembro de 2001.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ VAN DEN BOSSCHE, Peter; ZDOUC, Werner. *Op. cit.*, pp. 90-91.

¹⁵ *Ibid.*, p. 96.

países - principalmente entre desenvolvidos e em desenvolvimento - e a inability de se uniformizar soluções para a implementação de medidas de desenvolvimento sustentável constituem forte óbice a uma solução multilateral para a questão.

O cenário de crise do SMC não apenas afetou a principal função da OMC, a saber, a promoção de regras para um comércio internacional mais fluido, como também acometeu o desempenho de suas funções enquanto fórum de resolução de disputas. Isto levou à consolidação da prevalência de um fenômeno que já vinha se desenvolvendo desde o início da década de 1990: a proliferação do regionalismo, através da assinatura de acordos regionais de livre-comércio e uniões aduaneiras, incluindo até mesmo a integração entre regiões não contíguas, como é o caso do Mercosul e União Europeia.

Existem muitas razões que explicam a proliferação deste tipo de arranjo integracionista praticado no âmbito das relações comerciais entre países. Embora tal assunto seja mais bem abordado no Capítulo II desta obra, tais razões variam dentro do espectro político-econômico que guia as condutas dos países nas relações internacionais. Tais razões variam desde a busca pelo acesso a mercados, a inserção nas cadeias globais de valor e imersão na integração econômica entre os países, até o intuito de garantir segurança jurídica nas relações com países parceiros, consolidar a paz ou até mesmo aumentar poder de barganha na esfera multilateral, assegurados certos compromissos na seara regional.¹⁶

Se os acordos regionais já possuem diversos atrativos adicionais ao sistema multilateral, como a possibilidade de negociar diretamente com certos países e avançar mais rapidamente em questões que poderiam ser barradas por interesses específicos de certos países, a crise institucional que acomete a OMC apenas acentuou a dinâmica de avanço dos acordos regionais.

Desde 2001, ano de início da Rodada Doha, o número de acordos regionais firmados cresceu em mais de 232%.¹⁷ É evidente que existem outros dados e fatores que corroboram tal crescimento, mas é evidente que esta estatística demonstra que o fracasso da Rodada Doha em avançar em temas importantes como agricultura, subsídios e comércio eletrônico evidenciou à comunidade internacional a necessidade de avançar por outras esferas de integração. Ademais, um dos principais temas de debate em âmbito acadêmico, governamental e também nutrido no bojo da sociedade civil não foi abarcado durante toda a Rodada Doha: a relação do comércio internacional e o desenvolvimento sustentável, cuja importância foi anunciada anteriormente.

¹⁶ KURTZ, Jürgen. Regional Trade Agreements and the WTO Legal System. **European Journal of International Law**, Oxford University Press, v. 19, issue 2, 2008, p. 45-46.

¹⁷ Informações retiradas da base de dados da Organização Mundial do Comércio: WTO OMC. **Regional Trade Agreements Database**. Disponível em: <https://rtais.wto.org/UI/publicsummarytable.aspx>. Acesso em março de 2020.

Conforme supracitado, os acordos regionais abarcam as mais diversas áreas do direito, política e economia. Alguns podem ser pontuais, de menor escala; outros possuem dimensões verdadeiramente globais, envolvendo múltiplas nações e até mesmo continentes inteiros. Como exemplo deste segundo tipo de acordos regionais, temos o Acordo Mercosul-União Europeia, um mega-acordo de liberalização econômica e comercial entre os dois dos maiores blocos comerciais do mundo: o Mercosul e a União Europeia. Este será um dos maiores acordos entre blocos do planeta, formando a maior área de livre comércio já criada. Não obstante, o Acordo traz novidades inéditas para o Brasil no âmbito de seus compromissos internacionais, como a introdução de normas de comércio e desenvolvimento sustentável e compras governamentais¹⁸, por exemplo.

Destarte, em 28 de junho de 2019, foi anunciado o fim das tratativas de negociação entre os dois grupos de países, o que denotou a conclusão de uma primeira versão final do Acordo. Embora ainda sujeita aos processos de revisão, assinatura e ratificação tanto no Conselho Europeu (órgão que define as orientações e prioridades políticas gerais da União Europeia, representando todos os membros do bloco) quanto nos Parlamentos nacionais de todos os países envolvidos, o Acordo sinaliza não só os compromissos aceitos pelo Brasil, mas também sinaliza para todos os Estados envolvidos um primeiro desenho de como se tratou de uma abertura comercial inter-blocos desta magnitude. Ainda que a entrada em vigor deste Acordo possa estar distante, sua análise é pertinente pelo exemplo que foi criado.

O Brasil, enquanto membro do Mercosul, será amplamente afetado por este acordo. Para os membros do bloco latino-americano, o Acordo significa que alguns de seus produtos irão adentrar os mercados consumidores europeus com tarifas a 0%, ou através de quotas preferenciais, em alguns casos. O mercado europeu, com seus 446 milhões de habitantes, é massivo e de extrema importância para a economia mundial. A região gerou cerca de 16% do PIB mundial em 2019, com valores superiores aos US\$ 15 trilhões, além de representar cerca de 17% das importações mundiais em bens e serviços.¹⁹

Os questionamentos a serem respondidos por tal trabalho podem ser sumarizados da seguinte forma: (i) em primeiro lugar, entender como o lócus de negociação comercial multilateral vem sofrendo duros golpes e como o lócus regional passou a predominar perante o multilateral; (ii) com relação ao acordo em si, pretende-se entender quais as inovações com

¹⁸ É importante mencionar que o Brasil já havia firmado compromissos sobre o tema em acordos com vizinhos, como o Acordo de Ampliação Econômica Brasil-Peru e o Acordo de livre-comércio firmado com o Chile.

¹⁹ MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, INTERNATIONAL TRADE AND WORSHIP ARGENTINA. MERCOSUR-EU: Statements., 28 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ar/en/announcements/news/mercosur-eu-statements>. Acesso em março de 2020.

relação a outros, para atestar suas características em comum e acentuar suas diferenças; (iii) por fim empreende-se uma análise que visa determinar seus impactos, tanto no que tange a seus benefícios quanto seus desafios e pontos focais de implementação.

A partir do agrupamento destas perguntas e da identificação daquelas que exigem maior elaboração nas respostas²⁰, foi possível formular uma pergunta de pesquisa, de acordo com a formulação sugerida em *"A Arte da Pesquisa"*²¹: *quais as inovações veiculadas pela inclusão de compromissos ambientais no âmbito do Acordo Mercosul União Europeia, e quais seus impactos, em termos de benefícios e desafios para o Brasil?*

Delineado todo o contexto que envolve a negociação e conclusão do acordo comercial objeto desta obra, inicia-se o exercício de descrição e análise de suas disposições. Em um primeiro momento, o Capítulo II tratará da interface (já apresentada em certa medida) entre o multilateralismo e o regionalismo no âmbito do direito internacional e do comércio internacional, perpassando pela temática da proliferação dos acordos regionais e pelas benesses e malefícios deste arranjo associativo, em detrimento dos avanços multilaterais que são representados pelos acordos da OMC. Em especial, a associação entre um bloco econômico composto majoritariamente de países desenvolvidos e outro de países em desenvolvimento apresenta pontos focais adicionais de destaque, como os possíveis efeitos danosos decorrentes da assimetria de desenvolvimento registrada entre estes dois blocos.

O capítulo III, por sua vez, apresentará o acordo, com foco em suas inovações trazidas aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sendo a principal delas as normas de comércio e desenvolvimento sustentável. O capítulo IV empreenderá análise acerca do capítulo de desenvolvimento sustentável de forma isolada. De início, se busca estabelecer uma relação destes dispositivos com a disciplina multilateral da questão, presente brevemente nos Acordos de Agricultura e de Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) da OMC.

Além do debate acerca das consequências de se avançar nesta área através de um arranjo associativo birregional, esta obra pretende ser um guia que sumariza, sintetiza e analisa os inéditos compromissos assumidos pelo Brasil neste Acordo Comercial, o que estes sinalizam e que tipo de ações serão necessárias para, não somente garantir o cumprimento destas obrigações, como também para garantir que o Brasil consiga usufruir deste instrumento internacional, no que se refere ao objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável e de defesa do meio ambiente, disposto no artigo 170, inciso VI da Constituição Federal.

²⁰ BOOTH, Wayne *et al.* **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 53-54.

²¹ BOOTH, Wayne *et al.* **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 55.

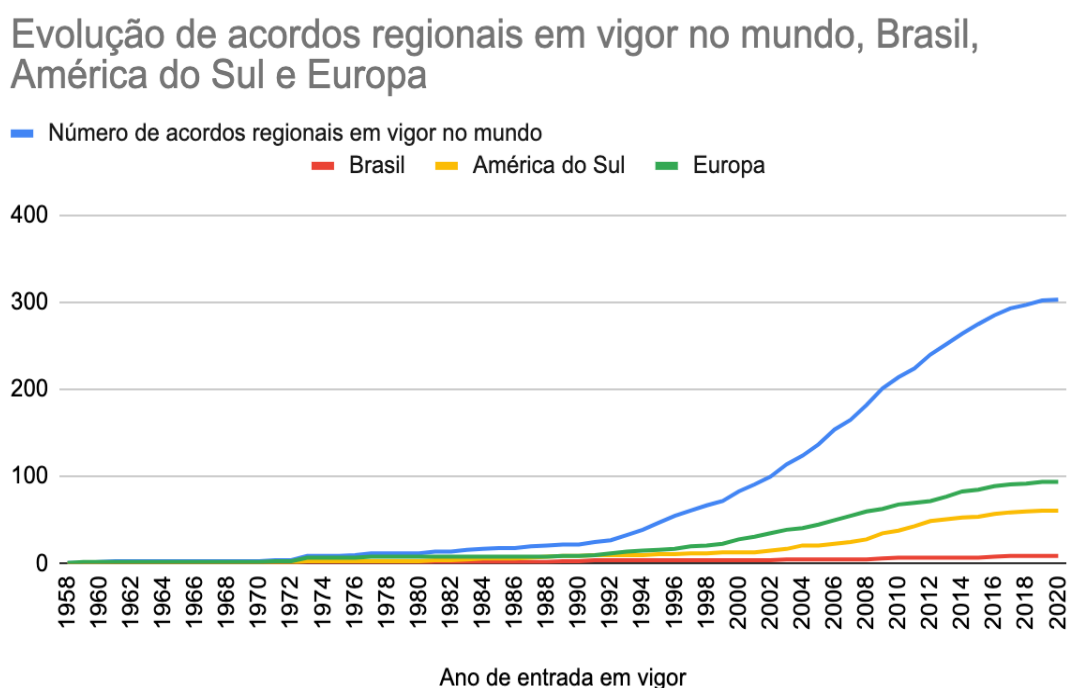
O Capítulo V empreenderá balanço final acerca das principais consequências do acordo para o Brasil nas esferas jurídica, política e econômica, registrando benefícios, possíveis prejuízos e focos de atenção e como serão as perspectivas para o futuro associativo entre os dois blocos no atual contexto de crise do SMC, com a Conclusão sendo realizada no Capítulo VI.

CAPÍTULO II - MULTILATERALISMO E REGIONALISMO: ARRANJOS ASSOCIATIVOS NO ÂMBITO DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1. O modelo associativo dos Acordos Regionais e a compatibilidade dos Acordos Regionais com o Sistema Multilateral de Comércio

De acordo com a base de dados da OMC²², existem 303 acordos regionais em vigor, notificados à OMC. Apenas na década de 1990, o número de acordos regionais em vigor em todo o mundo cresceu 277,27%. Na primeira década do século, aumentou 157%. De 2010 a 2020, houve majoração de 41,5% no número de casos.

Gráfico 1 - Evolução de acordos regionais em vigor no mundo, comparando Brasil, América do Sul e Europa.



Elaboração própria. Fonte: WTO Database.

²² Informações retiradas da base de dados da Organização Mundial do Comércio (WTO OMC. **Regional Trade Agreements Database**. Disponível em: <https://rtais.wto.org/UI/publicsummarytable.aspx>. Acesso em março de 2020.

São múltiplas as denominações utilizadas para descrever acordos entre diferentes países e que estabelecem algum tipo de tratamento preferencial.²³ Muitos usam os termos "Acordos Preferenciais de Comércio" (no inglês, *Preferential Trade Agreements*, PTA's), denotando o caráter de concessão de preferências destes acordos internacionais. Outra terminologia muito utilizada é a de "Acordos Regionais de Comércio" (*Regional Trade Agreements*, RTA's, no inglês), destacando a natureza regional destes instrumentos. Fica estabelecido que o termo "Acordos Regionais de Comércio" será utilizado e referenciado ao longo deste trabalho, objetivando uniformidade e também o destaque do caráter de integração regional que é conferido por tais instrumentos jurídico-políticos.

Embora este não seja o objeto desta obra, cabe traçar uma distinção básica entre os referidos modelos de acordos comerciais. Os chamados "PTA's", embora possam ser enquadrados na categoria mais abrangente de RTA's, acabam tendo alguns elementos distintivos à medida que são acordos preferenciais de comércio, não recíprocos. Tipicamente, são firmados entre uma nação desenvolvida e uma nação em desenvolvimento, de modo que o acordo formalize a redução de alguma tarifa ou barreira-não tarifária outrora imposta ao país em desenvolvimento. Justamente por serem firmados com o objetivo de fomentar a integração de países em desenvolvimento no âmbito do comércio internacional, a característica distintiva dos PTA's diz respeito ao fato de que sua celebração não exige que se cubra "substancialmente todo o comércio" entre os signatários²⁴, requisito que se faz presente para os demais RTA's por força do Artigo XXIV do GATT.

Com a construção da OMC enquanto instituição, o que perpassa também o processo de formulação das regras constantes do Acordo de Marrakesh (doravante "Os Acordos da OMC", referidos em sua coletividade), foi necessário realizar uma escolha que permitisse a compatibilização e acomodação dos Acordos Regionais na estrutura de regras jurídicas multilaterais recém-estabelecidas, fazendo com que ambos modelos de arranjos jurídicos (regionais e multilaterais) pudessem coexistir sem gerar antinomias e demais incongruências na disciplina jurídica do comércio internacional.

Partiu-se da premissa de que o modelo de integração regional permitia o fomento da liberalização comercial de forma gradual, a partir da associação de grupos de países visando a redução e eliminação de barreiras comerciais entre eles, fossem elas tarifárias ou não-tarifárias.

²³ ACHARYA, Rohini (Ed.). **Regional Trade Agreements and the Multilateral Trading System**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

²⁴ Informações disponíveis em: WTO. **Regional Trade Agreements: Goods Rules. The basic rules for goods**. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/regatt_e.htm. Acesso em abril de 2020.

A premissa supracitada é prontamente constatada pela correlação entre o número de Acordos Regionais e a evolução do Comércio Mundial, medida em milhões de dólares:

Gráfico 2 - Número de Acordos Regionais x Comércio Mundial em Exportações.



Elaboração própria. Fonte: WTO International Trade and Market Access Data.

A partir dessas e outras constatações acerca da necessidade de compatibilização entre as regras dispostas em acordos bilaterais e regionais e as regras dos Acordos da OMC, foram articulados dispositivos legais para regulação multilateral de tais acordos regionais: o Artigo XXIV do GATT, o Artigo V do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços ("GATS")²⁵ e as regras jurídicas acerca da Cláusula de Habilitação.

Toda a disciplina jurídica da OMC foi pautada no que talvez seja seu mais notório dispositivo legal: o Artigo I:1 do GATT, que dispõe sobre o princípio da não discriminação, incluindo o chamado princípio da nação mais favorecida, que dispõe que um país conceda, incondicionalmente, todo o tratamento (referente a qualquer vantagem, benefício, privilégio ou imunidade) que confere a um parceiro comercial em específico a todos os outros membros da OMC. A própria definição de um acordo regional de comércio pressupõe uma violação deste princípio: relevantes partes dos referidos acordos regionais oferecem tratamento mais favorável no comércio para seus signatários do que para outros Membros da OMC que não os sejam daquele acordo em específico.

²⁵ O parágrafo 1º do Artigo V do GATS possui o seguinte teor: "*O presente Acordo não impedirá nenhum de seus Membros de ser parte ou de celebrar um acordo que liberalize o comércio de serviços entre as partes do mesmo, à condição que tal acordo: a) tenha uma cobertura setorial substancial, e b) estabeleça a ausência ou eliminação, no essencial, de toda discriminação entre as partes no sentido do artigo XVII nos setores compreendidos pela alínea (a) por meio:*

i) da eliminação das medidas discriminatórias existentes, e/ou

ii) da proibição de medidas discriminatórias novas ou que aumentem a discriminação". (grifos próprios).

Em suma, tais arranjos associativos configurariam uma clara violação do princípio da nação mais favorecida ao veicular a negociação e celebração, entre um grupo seletivo de países, de termos comerciais mais benéficos - como redução tarifária e flexibilização de barreiras não tarifárias - que não serão "imediatamente e incondicionalmente estendidos aos demais Membros da OMC", nos termos do artigo I:1 do GATT.

Todavia, conforme supracitado, as constatações acerca da relevância dos acordos regionais de comércio e sua contribuição à liberalização de comércio, à formação de cadeias globais e regionais de valor e seu valor enquanto instrumento de fomento do desenvolvimento econômico mundial, levaram a uma disciplina multilateral que visasse acomodar tais acordos face aos princípios fundantes do Sistema Multilateral de Comércio, de forma que se estabeleceu uma derrogação ao princípio da não discriminação especificamente para os acordos regionais.

Basicamente, de acordo com as regras jurídicas da OMC, todos os Acordos Regionais de comércio devem ser notificados à OMC, sendo tal mecanismo de notificação um instrumento regulatório do multilateralismo²⁶, de modo a se manter uma base de dados e certo controle acerca dos acordos que são assinados, do seu conteúdo e de sua relação com os demais compromissos multilaterais, regionais e bilaterais assumidos pelos Estados signatários.²⁷

O Artigo XXIV estabelece que os dispositivos do GATT, incluindo o Artigo I:1 não constituirão um óbice à formação de uniões aduaneiras e zonas de livre comércio²⁸, de modo que o Artigo XXIV pode servir de defesa para uma medida inconsistente com o GATT, quando da hipótese de se garantir a formação dessas referidas áreas de integração comercial.²⁹ Para justificar uma inconsistência com o GATT, dois requisitos³⁰ gerais são impostos pelo Artigo XXIV: (i) a medida introduzida no âmbito da formação de zonas de livre comércio ou uniões

²⁶ Uma fonte normativa relevante que estabelece tal mecanismo de transparência é a *chamada General Council Decision on a Transparency Mechanism for Regional Trade Agreements*, que clarifica o procedimento de notificação de acordos regionais a OMC. Tal decisão clarifica que os acordos regionais devem ser notificados não após seu processo de ratificação, e antes de qualquer preferência tarifária ou comercial ser oficializada. Além disso, dispõe que todos os acordos regionais notificados devem passar por um processo de verificação de transparência, inclusive com a previsão de consideração pelo Comitê da OMC relevante, seja o *Committee on Regional Trade Agreements* para acordos notificados no âmbito do Artigo XXIV do GATT ou V do GATS, ou o *Committee on Trade and Development*, para acordos notificados no âmbito da cláusula de habilitação.

²⁷ ACHARYA, Rohini (Ed.). **Regional Trade Agreements and the Multilateral Trading System**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 4.

²⁸ Artigo XXIV, parágrafo 5º do GATT 1994.

²⁹ Ver ABR, Turkey Textiles, para. 45-46.

³⁰ De maneira sucinta, as taxas e demais regulamentos restritivos de comércio devem ser eliminados com respeito a "substancialmente todo o comércio" entre os membros constituintes de uma união aduaneira ou uma área de livre comércio. A disciplina jurídica do GATT acerca das uniões aduaneiras ainda impõe o requisito adicional de que seus membros deveriam aplicar "substancialmente as mesmas taxas e outros regulamentos restritivos de comércio" ao comércio com não-membros. Tal requisito é o princípio fundante que define que tais áreas deverão desenvolver uma política comercial pautada na inclusão de uma tarifa externa comum ("TEC"), a exemplo do Mercosul.

aduanейras devem cumprir os requisitos dos parágrafos 5(a) e (b) e 8 (a)³¹ e (b)³² do Artigo; (ii) deve-se demonstrar que a área de livre comércio criada não poderia existir na ausência da medida analisada.³³

Ato seguinte, entendida a disciplina multilateral acerca dos acordos regionais de comércio, faz-se necessário traçar uma definição para estes instrumentos, de modo a analisar suas características, seus contrastes com o sistema multilateral e as razões do fenômeno de proliferação destes acordos.

Os Acordos Regionais de Comércio podem ser conceituados como arranjos associativos entre diferentes jurisdições. Antes de mais nada, os acordos de livre comércio se enquadram na definição do artigo 2 (1) (a) da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (VCLT), sendo considerados tratados internacionais, à medida em que são concluídos por Estados soberanos, de forma escrita e em conformidade com o direito internacional.

Assim como qualquer instrumento jurídico-político, os tratados internacionais são estabelecidos visando a criação de direitos e obrigações às partes envolvidas, de modo que se regule determinada área do direito internacional, criando novas disciplinas para questões paradigmáticas e promovendo segurança jurídica ao dispor normas acerca de assuntos ainda não regulados. Tais tratados abordam diversas áreas do direito internacional, e podem ser delineados de diferentes formas.

Outrossim, pode-se dizer que os acordos regionais são mecanismos de fomento de determinada área, visando estabelecer regras e uniformizar determinada prática que envolve duas ou múltiplas jurisdições, servindo ultimamente como um arranjo associativo entre tais jurisdições, à medida que estreita os laços de cooperação entre os países envolvidos e gera desenvolvimento e bem-estar decorrentes da melhor definição dos contornos da prática objeto do acordo.

³¹ O GATT, em seu Artigo XXIV:(a) define união aduaneira como a substituição, por um só território aduaneiro, de dois ou mais territórios aduaneiros, de modo que os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais sejam eliminados para a maioria das trocas comerciais entre os territórios constitutivos da união, ou ao menos para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários desses territórios.

³² De maneira resumida, o Artigo XXIV:8(b) define áreas de livre comércio como a associação, enquanto grupo, de dois ou mais países em que as tarifas e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais são eliminados para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários dos territórios constitutivos da zona de livre comércio.

³³ Ver ABR, Turkey – Textiles, paras. 58-59. ABR, Argentina – Footwear (EC), para. 109.

2.2. As perspectivas brasileiras de integração regional

Entendido o papel de relevância dos acordos comerciais na liberalização do comércio, analisa-se a perspectiva brasileira neste âmbito. É fato conhecido que a política comercial brasileira sempre foi pautada por um forte grau de protecionismo comercial se comparado à postura mais liberalizante adotada por outros países.

O grau de abertura comercial, medido pelo coeficiente resultante do cálculo da soma de exportações e importações dividida pelo PIB indica que o Brasil ainda possui índices relativamente baixos de abertura. Embora tais números tenham apresentado evolução de 17%, em 1991, para 25%, em 2011, com um pico de 29%, em 2004, a tendência ainda é baixa. Em 2017, para se ter uma dimensão, o grau de abertura do país ao comércio internacional beirava 23,3%, o que significa de 100 dólares produzidos no Brasil, apenas 23 são voltados para o comércio internacional.

Não obstante o representativo dado de abertura comercial, um sobrevoo sobre os principais indicadores comerciais indica que o Brasil é, no geral, muito tímido com relação à sua inserção no comércio global.

Segundo dados do ComexVis³⁴, elaborados pelo Ministério da Economia, a série histórica de exportações (medidas em bilhões de dólares, concernentes ao valor *free on board*³⁵ da mercadoria) apresentou quedas em todos os períodos desde 2009, com exceção dos períodos de 2009 a 2011 (onde passou de 152.9 bilhões para 255.9 bilhões de dólares) e de 2016 a 2018 (onde passou de 185.2 bilhões para 239.3 bilhões de dólares). A própria distribuição geográfica das exportações brasileiras denota baixa integração no comércio global, visto que EUA e China, sozinhos, atraem mais de 43% do total de exportações no primeiro semestre de 2020.

Os níveis de importação sempre se mantêm abaixo dos níveis de exportação, com exceção do ano de 2014. Além disso, o período 2009-2019 é marcado com altas quedas no percentual de importação, como de 2014 a 2015, onde verificou-se variação negativa de mais de 25% no valor das importações totais. Novamente, com relação as importações, EUA e China

³⁴ Dados disponíveis em: COMEXS STAT. **ComexVis**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: setembro de 2020,

³⁵ Conforme designado pelos Incoterms da Câmara de Comércio internacional ("CCI"), o sistema *Free on Board* ("FOB") designa situação de compra e venda de mercadoria internacional em que o vendedor entrega a referida mercadoria a bordo de um navio indicado pelo comprador, em local de embarque também designado pelo comprador. Com relação ao rateio de custos e riscos, o carregamento é arcado pelo vendedor. Todavia, o aspecto mais marcante do sistema FOB é que o comprador deve arcar com os custos de transporte e seguro após a entrega da mercadoria no navio designado.

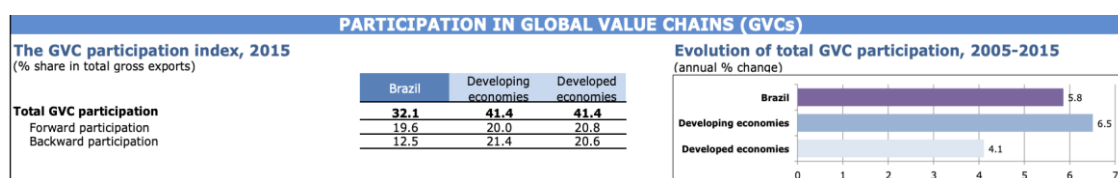
concentram 41,5% do total das importações brasileiras, denotando a dependência brasileira destas duas economias.

A própria participação do país no comércio internacional se mantém baixa. Segundo dados da OMC³⁶, em 2019, o Brasil foi apenas o 27º exportador mundial, constituindo 1,2% do comércio global. Quanto às importações, amargou o 28º lugar, com apenas 1% do total mundial.³⁷

Não são apenas os dados supracitados que denotam a baixa integração do Brasil no comércio internacional. Se considerarmos os dois principais fenômenos que simbolizam o conceito de liberalização e integração comercial, a saber, a inserção nas cadeias globais de valor ("CGV") e a celebração de acordos de livre-comércio, o Brasil se mostra atrasado com relação a uma maior participação no movimento global de trocas comerciais, principalmente considerando as dimensões continentais e a abundância de recursos naturais e matéria-prima que são marcantes da geografia brasileira.

Com relação à inserção brasileira nas cadeias globais de valor, dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Económico ("OCDE") e da OMC indicam que a participação brasileira nesses arranjos de integração está abaixo da média dos países em desenvolvimento³⁸:

Gráfico 3 - Participação nas cadeias globais de valor.



Para além da baixa integração nas cadeias globais de valor, o Brasil também pouco participou de negociações de acordos de livre-comércio que, conforme demonstrado anteriormente, configuram importante instrumento de desenvolvimento econômico e liberalização comercial.

³⁶ Dados obtidos em: WTO. **Trade Profiles: Brazil**. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/daily_update_e/trade_profiles/BR_e.pdf. Acesso em maio de 2020.

³⁷ MOREIRA, Assis. Brasil mantém posição no comércio mundial. **Valor**. 08 de abril de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/04/08/brasil-mantm-posio-no-comrcio-mundial.ghtml>. Acesso em maio de 2020.

³⁸ Dados obtidos em: WTO. **World Trade Statistical Review – 2019**. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/wts2019_e/wts2019_e.pdf. Acesso em maio de 2020; WTO. **Brazil. Trade in Value Added and Global Value Chains**. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/miwi_e/BR_e.pdf. Acesso em maio de 2020.

Independente da recente política de liberalização comercial empreendida pelo governo eleito em 2018, o Brasil segue à margem da celebração de acordos regionais com os principais *players* do comércio internacional, de modo que os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito desses arranjos associativos podem ser sumarizados, majoritariamente, na Associação Latino-americana de Integração ("ALADI") e o Mercado Comum do Sul ("Mercosul").

Pode-se dizer que a ALADI abriu o caminho para a criação de uma área de preferências econômicas na região, possibilitando a criação de uma rede de Acordos Preferenciais de Comércio em seu âmbito, a partir de três dinâmicas de integração: (i) preferência tarifária regional aos produtos originários de qualquer país do bloco, frente à tarifas de países não-membros; (ii) o fomento à criação de acordos regionais, comuns aos países da ALADI; e (iii) o fomento à negociação de acordos de alcance parcial, que englobem dois ou mais países.³⁹

Nesse sentido, o próprio Mercosul encontra-se dentro do bloco de acordos fomentados a partir da criação da ALADI. No que tange ao histórico da referida União Aduaneira, foi iniciada com um esforço de aproximação e integração Brasil-Argentina.⁴⁰ Entretanto, é essencial ter consciência da necessidade de combater o isolacionismo relativo do Brasil, considerada sua importância na economia global, a exemplo Quadro de Acordos Regionais de Comércio assinados pelo Brasil (Anexo 1).

A partir de breve observação da configuração geral dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil através de acordos regionais de comércio, percebe-se duas dinâmicas marcadas: (i) a ausência de acordos firmados com os principais parceiros comerciais do país, com forte prevalência de acordos com países vizinhos; (ii) a repetição e limitação dos compromissos firmados aos mesmos temas (como barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, regimes de origem e salvaguarda) em detrimento da presença de compromissos inovadores em tais searas comerciais, como aqueles acerca de sustentabilidade, facilitação de investimentos, cooperação tecnológica, dentre outros, o que distancia tais acordos do que há de mais inovador a prática internacional, a exemplo dos acordos regionais assinados pela União Europeia.

Tais dinâmicas denotam o referido isolacionismo brasileiro no que tange à integração proporcionada pelos acordos regionais e contribui para a conclusão de que o Brasil ainda tem muito o que avançar em matéria de negociações de acordos comerciais, um paradigma que pode

³⁹ Mais informações disponíveis em: http://www.aladi.org/sitioaladi/?page_id=696&lang=pt.

⁴⁰ BADIN, Michelle Rattón; CARVALHO, Marina Amaral Egydio; RORIZ, João Henrique Ribeiro. O perfil regulatório nos acordos regionais de comércio do Brasil com o seu entorno. In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais**. Brasília: Ipea, 2014, pp. 59-61.

ser alterado pelo processo de finalização de um acordo comercial tão robusto quanto o Acordo Comercial Mercosul-União Europeia, como se verá mais adiante na presente obra.

CAPÍTULO III - O ACORDO COMERCIAL MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Frente ao contexto apresentado nos capítulos anteriores, este terceiro capítulo apresentará o principal objeto deste trabalho: o Acordo Comercial entre os países do Mercosul e os membros da União Europeia.

Este mega-acordo, em praticamente qualquer ponto focal estatístico, promete ser o maior acordo regional já negociado, congregando grande parte do mercado europeu e latino-americano sob a alçada de um instrumento internacional que prevê inúmeras formas de fomento da liberalização comercial, desde preferências tarifárias até diversas modalidades de cooperação que são inéditas se analisados os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, haja vista o panorama realizado pelo capítulo anterior.

Assim, este capítulo III apresentará o Acordo Comercial, com foco em suas inovações trazidas aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sendo a principal delas as normas de comércio e desenvolvimento sustentável.

3.1 Breve histórico do Acordo Comercial

3.1.1. Fase de Negociações

O Acordo Comercial entre o Mercosul e a União Europeia não é apenas amplamente conhecido pela abertura comercial prometida, pelo tamanho dos mercados envolvidos e pela estimada guinada nos compromissos internacionais na área de comércio assumidas pelo Brasil, tão tímido na inserção em acordos regionais e cadeias globais de valor que, como vimos, são os principais arranjos de integração e liberalização comercial em um cenário de crise da OMC e do Sistema Multilateral de Comércio.

Durante os mais de 20 anos de negociação, diversas dinâmicas negociais se destacaram. Na primeira rodada de negociações, compreendida entre 1999 e 2004, poucos avanços foram firmados, lógica que se seguiu até 2010, com a paralização das tratativas. Apenas em 2010 foram registrados novos avanços, mas foi a partir do ano de 2016 que a dinâmica das negociações se alterou. Muitos dos entraves em toda a negociação se devem à assimetria entre os países de ambos blocos e algumas demandas recorrentes dos países desenvolvidos europeus pela introdução de compromissos até então inéditos aos países do Mercosul em seus acordos comerciais, a exemplo dos dispositivos de desenvolvimento sustentável, uma preocupação

central dos países da União Europeia na maioria de seus acordos – sem mencionar a importância da questão para a própria sociedade europeia.⁴¹

Outro ponto focal de relevância são as tensões existentes entre países de ambos os blocos. Como a internalização do Acordo depende do apoio de todos os países, qualquer tensão bilateral já é razão de preocupação para uma demora ainda mais significativa para a entrada em vigor do instrumento internacional – a exemplo das tensões entre França e Brasil no mês de agosto de 2019, ocasionadas pela postura do então presidente Jair Bolsonaro quanto ao manejo da crise ambiental e das queimadas que acometem a Floresta Amazônica.⁴²

Ambos os blocos econômicos sempre tiveram significativas relações comerciais, de modo que não se demorou a avaliar as benesses dessa integração birregional. Logo em 1995, três anos após a assinatura do Tratado de Maastricht e quatro após o Tratado de Assunção, foi assinado o Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional entre o Mercosul e a União Europeia, com o objetivo geral de criar uma área de livre comércio entre os países dos dois blocos. O compromisso era de estreitar as relações entre os países envolvidos e fomentar a cooperação em matéria comercial, de investimentos, finanças e tecnologia.⁴³

O Acordo foi uma interessante abertura inicial entre os recém-constituídos blocos econômicos e previa, em seus mais de 30 artigos, a cooperação nas áreas comercial, industrial, em investimentos, em ciência e tecnologia, matéria normativa, desenvolvimento tecnológico e propriedade intelectual, mineração, energia, transportes, tecnologia da informação e telecomunicações, turismo, meio ambiente, agricultura, saúde pública, desenvolvimento social, integração e cooperação regional, cultura, administração pública, pesca e até mesmo em matéria de formação de profissionais.

Esse importante arcabouço cooperativo levou ao lançamento oficial do início das negociações, em abril de 2000, após a concessão do mandato de negociação ter sido concedido pelo Conselho Europeu, em 17 de setembro de 1999, mandato este que foi disponibilizado em

⁴¹ EFE, “El cambio climático preocupa a los europeos más que el terrorismo global”. 10 de Setembro de 2019, In: <https://www.efe.com/efe/espana/sociedad/el-cambio-climatico-preocupa-a-los-europeos-mas-que-terrorismo-global/10004-4061493>

⁴² Ayuso, Silvia & Sánchez Álvaro, “Francia amenaza con bloquear el acuerdo con Mercosur por los incendios en Brasil”. El País, 23 de Agosto de 2019, In: https://elpais.com/internacional/2019/08/23/actualidad/1566554931_522227.html

⁴³ De acordo com o artigo 2º do referido Acordo-Quadro: “*As Partes Contratantes comprometem-se a conferir um novo impulso às suas relações. Para atingir esse objetivo fundamental, estão decididas a fomentar, em especial, o desenvolvimento da cooperação em matéria de comércio, investimentos, finanças e tecnologia, tendo em conta a situação especial do Brasil como país em desenvolvimento.*”

francês após vazamento no site “*Bilaterals*”.⁴⁴ De maneira resumida, o mandato menciona, em seu preâmbulo, a necessidade de cooperação e integração regional entre ambas regiões, além de reconhecer a correlação entre integração comercial e regional e desenvolvimento econômico.

No âmbito do pilar comercial, o mandato almejava a liberalização do comércio de bens⁴⁵ no período de dez anos, considerada a sensibilidade de certos produtos de acordo com as regras da OMC, embora tais produtos não sejam mencionados ao longo do documento – não obstante o período seguinte de negociação deixasse bem claro que tais produtos eram, em sua maioria, agrícolas, um dos maiores interesses do bloco latino no acordo.

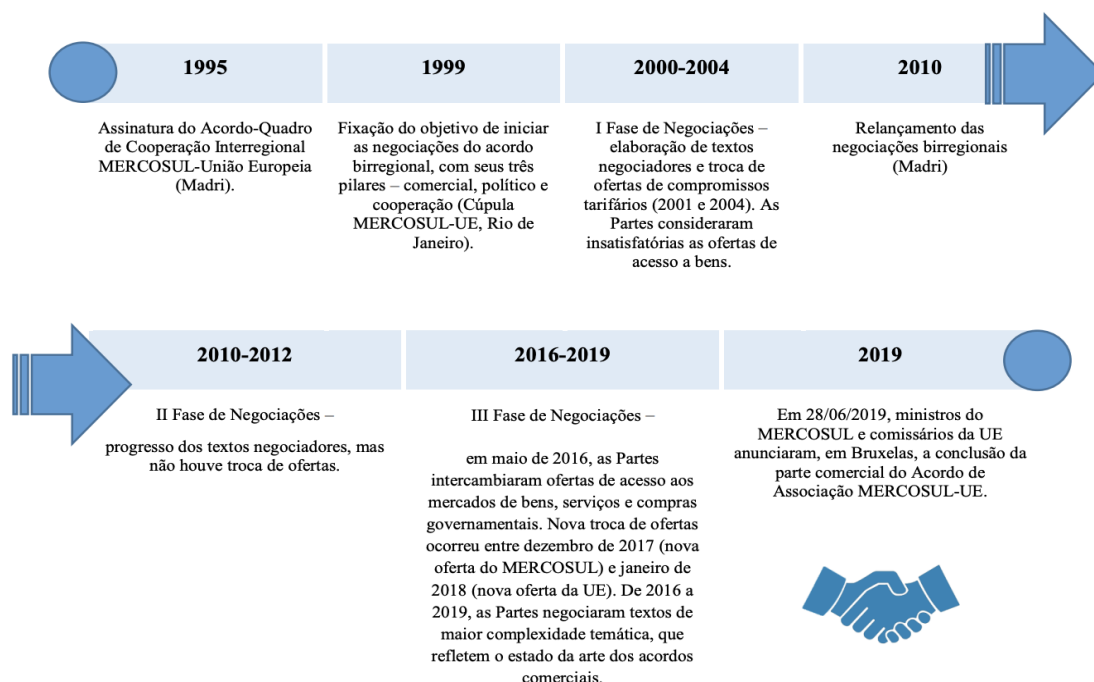
As negociações foram retomadas de forma mais incisiva apenas no ano de 2010, no âmbito da Cúpula de Madri. Todavia, um grupo de países europeus se opuseram a tal iniciativa, encabeçados pela França, Polônia, Irlanda, Hungria, Luxemburgo, Áustria e Finlândia. As principais críticas permeavam a falta de publicidade nas tratativas e os impactos da abertura de certos mercados, apresentando projeções como aumentos de 70% e 25% nas importações de carne e frango, respectivamente.

Apenas em maio de 2016, com a Terceira fase de negociações, agora encabeçada por governos de cunho neoliberal, como o do ex-presidente Michel Temer e Mauricio Macri, as negociações fluíram de maneira mais intensa, com os governos de Brasil e Argentina fazendo diversas concessões com relação a demandas recorrentes que vinham travando a negociação. Com a mudança no cenário político e a pressão por parte de setores do governo de vários dos países do Mercosul para uma maior inserção no comércio global, o acordo avançou consideravelmente, de modo que em janeiro de 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro, a finalização das tratativas se tornou prioridade, o que ocorreu finalmente em 28 de junho do mesmo ano, com o fim da fase negocial do acordo.

Gráfico 4 - Linha do Tempo Acordo Mercosul-União Europeia.

⁴⁴ GHIOTO, Luciana. EU-Mercosur. **Bilaterals**, setembro de 2019. Disponível em: <https://www.bilaterals.org/?-eu-mercotur-&lang=en>. Acesso em janeiro de 2020.

⁴⁵ A seção de comércio de bens se inicia com o seguinte parágrafo: “*Pour ce qui est des échanges de biens, les parties s'efforceront de réaliser l'objectif visé au titre I sur une période n'excédant pas, en principe, dix ans après l'entrée en vigueur de l'accord, conformément aux règles de l'Organisation mondiale du commerce (OMC) et compte tenu de la sensibilité de certains produits.*”



Fonte: Resumo do Acordo Mercosul-EU de autoria do Itamaraty.

3.1.2. Próximos passos rumo à finalização do Acordo

É importante entender que a assinatura do Acordo em junho de 2019 foi um primeiro passo, muito importante, para a concretização do acordo – mas ainda está muito longe do necessário para que possa produzir efeitos nos ordenamentos jurídicos dos países membros. Conhecido como anúncio político, tal fase é seguida de um momento de revisão técnica e jurídica do texto do acordo, além de sua tradução para as línguas oficiais do Mercosul e da União Europeia.

Finalizado o processo de revisão jurídica - que visa atestar a consistência e coesão do texto do acordo não só com relação às diversas cláusulas, mas aos demais compromissos internacionais assumidos pelos países envolvidos – o texto do acordo estará pronto para a assinatura pelos membros do Conselho da União Europeia e dos presidentes dos países do Mercosul. Após a assinatura, o acordo deverá ser ratificado pelo Parlamento Europeu e pelos congressos nacionais dos Estados da União Europeia, bem como pelas câmaras e senados dos países do Mercosul.⁴⁶

Aqui, é importante fazer um parêntesis acerca do processo de negociação e internalização de acordos comerciais no âmbito da União Europeia. São três os órgãos

⁴⁶ Mais informações em: ACORDO entre o Mercosul e a União Europeia: próximos passos. **ApexBrasil**. Disponível em: https://portal.apexbrasil.com.br/relacoes_comerciais/acordo-entre-o-mercossul-e-a-uniao-europeia-proximos-passos/. Acesso em julho de 2020.

envolvidos nestes processos: a Comissão Europeia, o Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu. Em linhas gerais, a Comissão se encarrega de preparar, negociar e propor acordos comerciais para a União Europeia. Foi este órgão que se envolveu intensamente ao longo dos mais de 20 anos de tratativas narradas e sumarizadas na seção anterior. O Conselho, ao lado do Parlamento Europeu, decide acerca da aprovação do Acordo Comercial submetido a sua apreciação.⁴⁷

O Conselho recebe o acordo revisado da Comissão e já emite uma decisão acerca da necessidade de assinatura ou não do Acordo, providenciada pela Comissão da União Europeia. Após a Assinatura, o Conselho analisa a proposta de conclusão do Acordo e a remete para o Parlamento da União Europeia. O comitê de comércio do parlamento (“INTA”) exerce o papel de interface entre o Parlamento e organizações da sociedade civil, como indústrias, sindicatos, associações de comércio, ONGs e outros grupos organizados. Após tal interface, o comitê realiza relatório acerca do acordo e o submete a votação no plenário do Parlamento Europeu, que pode aceitar ou rejeitar o acordo, não havendo possibilidade de emendas.⁴⁸

É importante ressaltar que o Acordo Mercosul-União Europeia é classificado como misto, ou seja: possui compromissos que se estendem não somente à União Europeia enquanto instituição, mas também aos governos dos Estados Nacionais. Nesse caso, a ratificação não passa apenas pelo Parlamento Europeu, mas com exceção dos dispositivos comerciais do acordo, todas devem ser aprovadas pelos Parlamentos dos 27 Estados nacionais que fazem parte da União Europeia. Tal procedimento, evidentemente, está sujeito às próprias normas internas de cada um de tais países no que diz respeito à internalização de acordos internacionais – o que pode chegar a envolver a necessidade de aprovação até mesmo por Parlamentos regionais. Considerando a aprovação em todos estes âmbitos, nos Parlamentos nacionais e no Parlamento da União Europeia, os depositários do Acordo são notificados e o Conselho Europeu adota a decisão que aprovou o Acordo, publicando tal decisão no Diário Oficial, o que concretiza a entrada em vigor do acordo.

Em suma, a parte econômica e comercial do acordo – que envolve as questões substantivas acerca de comércio internacional, como a redução e simplificação tarifária, facilitação de comércio, serviços, compras governamentais, dentre outros – contempla a possibilidade de entrada em vigor provisória (apenas nos casos de compromissos exclusivos da

⁴⁷ Mais informações em: EUROPEAN COMMISSION. **Negotiating EU trade agreements**. Who does what and how we reach a final deal, junho de 2018. Disponível em:

https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2012/june/tradoc_149616.pdf. Acesso em julho de 2020.

⁴⁸ *Ibid.*

União Europeia, alheios aos compromissos dos governos nacionais dos Estados-membros), caso o Parlamento europeu e os congressos dos Estados Partes do Mercosul aprovarem o texto, sem mencionar a necessidade de proposição de tal pauta pela Comissão Europeia. A vigência definitiva do acordo, por sua vez, segue dependente do aval dos 28 parlamentos dos países que integram a União Europeia, pelo supracitado caráter misto do acordo.

A parte política do acordo - que circunscreve dispositivos acerca meio ambiente, defesa, cooperação científica e tecnológica, energia, dentre outros – não contempla aplicação provisória e apenas estará vigente mediante aprovação de todos os parlamentos dos países europeus e do Mercosul.⁴⁹ Com tais aprovações, proceder-se-á à ratificação pelo Executivo e internalização, conforme mencionado, nos veículos normativos mais adequados – a exemplo do Brasil, um decreto presidencial.

CAPÍTULO IV – O CAPÍTULO DE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

4.1. O fórum regional como uma resposta à crise do multilateralismo: o exemplo das normas de sustentabilidade

Conforme explicitado nos capítulos anteriores, o Sistema Multilateral de Comércio está em crise. Não apenas no âmbito da proliferação de governos protecionistas e avessos à liberalização do comércio, mas também do ponto de vista institucional. Países têm se utilizado de instrumentos de comércio interacional para impulsionar suas agendas políticas, a exemplo das retaliações tarifárias entre EUA e China no âmbito da chamada “Guerra Comercial” entre os dois países, assim como alguns países tem feito a OMC de refém no que concerne a seu funcionamento, demandando mudanças em sua forma de atuação e travando, até que mudanças sejam discutidas, tanto o Órgão de Solução de Controvérsias quanto o fórum de negociação de acordos, que segue parado desde o início da Rodada Doha.

Não obstante o período de crise, o regime de comércio internacional já vinha apresentando sinais de uma prevalência pelos arranjos regionais, bilaterais e plurilaterais desde antes da forte crise institucional que acomete o Sistema Multilateral. As motivações para tal dinâmica são facilmente detectáveis.

⁴⁹ Mais informações em: BRASIL ECONÔMICO. Entenda o processo de aprovação do acordo entre Mercosul e União Europeia. 03 de julho de 2019. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2019-07-03/entenda-o-processo-de-aprovacao-do-acordo-entre-mercosul-e-uniao-europeia.html>. Acesso em julho de 2020.

Numerosos estudos têm mostrado que os acordos bilaterais, regionais e plurilaterais não são, necessariamente, expoentes mais eficientes no que concerne à liberalização comercial face às tarifas e à regulação das barreiras comerciais estabelecidas no âmbito multilateral, mas sim pela inovação temática (HEYDON, WOOLCOCK, 2009; PAUWELYN, 2009).

O discurso da maioria dos países que pregam por mudanças na OMC, inclusive os EUA, passa por esse ponto: inovação temática. Desde o início da Rodada Doha, mais de uma década e meia se passou e, com isso, o mundo também mudou.⁵⁰

As propostas de mudança veiculadas pelo governo americano contém, além das usuais críticas ao funcionamento do Corpo de Apelação e da convivência da entidade com práticas desleais de comércio de outros membros (a exemplo dos subsídios chineses), menções à necessidade de se negociar sobre subsídios e demais práticas no setor agrícola, negociações agrícolas, mencionando preocupações com práticas comerciais distorcivas – aplicação de tarifas elevadas e medidas não tarifárias, bem como o recurso a subsídios – e também a necessidade de se avançar em temas como investimentos, E-Commerce e subsídios à pesca.

As propostas da União Europeia também são representativas do enfoque na necessidade de diversificação dos temas já contemplados nos acordos da OMC: muito se falou acerca da necessidade de se estabelecer novas regras para tratar de barreiras aos serviços e investimentos, inclusive à transferência de tecnologia. O foco seria a atualização das regras multilaterais sobre tais temas, inclusive com a adoção de disciplinas para mitigar barreiras ao E-Commerce.

Com tais mudanças, a regulação do comércio internacional, assim como qualquer arranjo jurídico-regulatório, não pode ficar alheia: se o sistema multilateral segue refém do capricho de algumas nações, as demais passaram a buscar alternativas para endereçar os temas de vanguarda no âmbito do comércio internacional, e tal alternativa já estava deveras consolidada: os arranjos de integração regional.

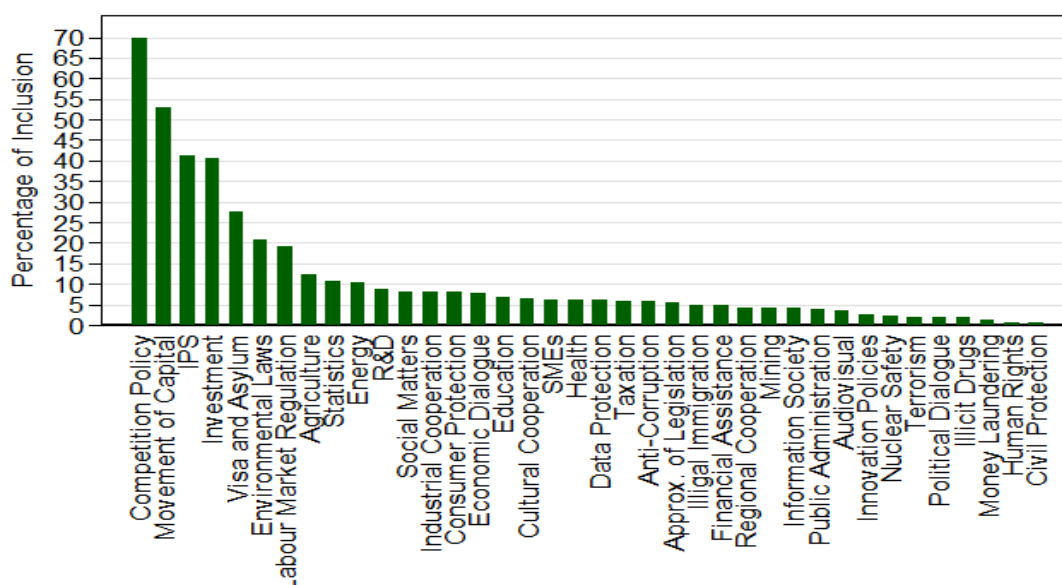
Um elemento marcante de tais arranjos é a inclusão ou aprofundamento de temas regulados no âmbito dos acordos da OMC, ou que estão regulados de maneira insipiente, a exemplo dos dispositivos acerca de compras governamentais, da regulação de investimentos, de questões trabalhistas e de desenvolvimento sustentável, E-Commerce, dentre outros exemplos.⁵¹

⁵⁰ INFORMATIVO CNI, nº 3, 2018. Disponível em: http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2018/12/integracao_internacional_3trim_2018_v2.pdf. Acesso em julho de 2020.

⁵¹ MAGRINI, Flávia Cristina de Lima Ferreira. **Acordos regionais de comércio: o caso das cláusulas ambientais**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

A nomenclatura “*WTO-Plus*” e “*WTO-Extra*” foi criada, justamente, para designar tal extensão temática constante dos acordos regionais. Tais expressões foram utilizadas no âmbito de um artigo que visava identificar as principais regras jurídicas presentes em acordos de livre comércio dos quais os EUA e os países da União Europeia fazem parte.⁵² Os autores identificaram 52 áreas, que se dividiam em dois grupos: (i) os dispositivos *WTO-Plus*, que designam áreas já abarcadas pelos acordos da OMC - com obrigações deles decorrentes - mas com maior detalhe e profundidade; e (ii) os dispositivos *WTO-Extra*, que incluem áreas que se encontram fora do escopo do regime jurídico da OMC.

Gráfico 5 - Percentual de inclusão de dispositivos *WTO-Extra* em Acordos Regionais.



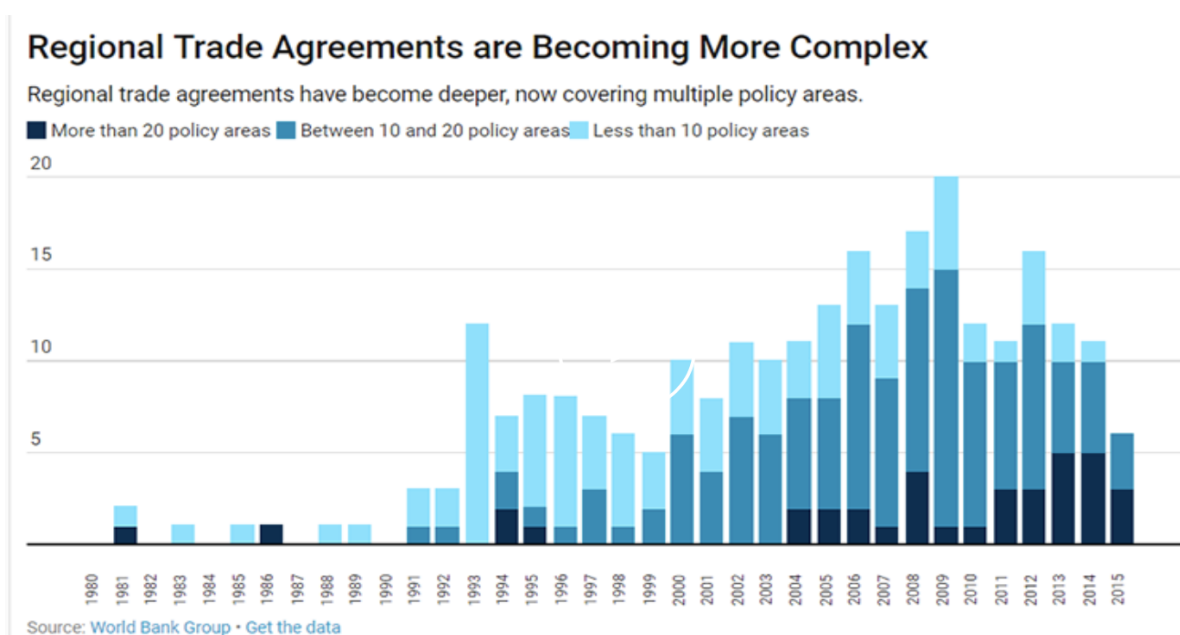
Fonte: JANSEN, Marion; SOLLEDER, Olga; BOFFA Mauro. (2017). Do We Need Deeper Trade Agreements for GVCS or just a bit? **International Trade Centre**, outubro 2017.

Analizados tais dados, tem-se que as regras jurídicas de acordos comerciais que abordam o direito ambiental e o desenvolvimento sustentável – principalmente de sua interface com o direito do comércio internacional – não só se estendem para além do pactuado nos acordos da OMC, seja o Acordo de Agricultura ou seja o SPS, mas também são presentes em aproximadamente 20% dos acordos regionais (a exemplo do Acordo Mercosul-UE), reiterando sua relevância.

⁵² HORN, Henrik; MAVROIDIS, Petro; SAPIR, Andre. **Beyond the WTO? An Anatomy of EU and US Preferential Trade Agreements**. Bruxelas: Bruegel Blueprint Series, 2009.

Outro importante dado acerca dos acordos regionais diz respeito à sua complexidade, o que corrobora em grande medida as questões debatidas anteriormente. De acordo com a base de dados do Banco Mundial acerca de acordos regionais, percebe-se a complexidade crescente destes instrumentos de integração e de criação de regras jurídicas, de forma que desde 2015, a totalidade dos acordos regionais negociados abarcam pelo menos entre dez e vinte áreas, quando não abarcam mais de vinte, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Número de *policy areas* abarcadas por Acordos Regionais de Comércio ao longo do tempo.



Fonte: Deep Trade Agreements Database, do Banco Mundial. Disponível em: <https://datatopics.worldbank.org/dta/dashboard.html>

A disciplina multilateral da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável, por outro lado, passa longe de ser exaustiva, sendo praticamente inexistente: não há nenhum acordo específico, no âmbito da OMC, que enderece aspectos relacionados ao meio-ambiente. Até o final da Rodada Uruguai, nenhuma grande iniciativa multilateral havia sido tomada para disciplinar o desenvolvimento econômico-industrial face à preservação do meio-ambiente.

Até aqui, os internacionalistas tinham que contar apenas com uma breve e solene menção no preâmbulo do Acordo de Marrakesh, que reconhece a importância de se alinha o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e o crescimento estável em termos de renda e demanda efetiva com a preservação ambiental e os objetivos de desenvolvimento sustentável,

levando em consideração as assimetrias de desenvolvimento entre os países-membros.⁵³ Ademais, algumas poucas regras nos demais acordos constantes do “guarda-chuva” da OMC disciplinam a questão de forma mais específica, conforme tabela a seguir:

Quadro 1: Dispositivos acerca do meio-ambiente nos acordos da OMC

Acordo da OMC	Cláusula	Implicações
Acordo de Marrakesh	Preâmbulo	Reconhece a importância de se alinhar o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e o crescimento estável em termos de renda e demanda efetiva com a preservação ambiental e os objetivos de desenvolvimento sustentável, levando em consideração as assimetrias de desenvolvimento entre os países-membros.
GATT	Artigo XX (b) e (g)	Cláusula de exceção geral, determina que nenhuma das disposições do GATT constituirá um óbice à adoção de medidas para (b) a proteção da vida animal e vegetal e (g) a conservação de recursos naturais exauríveis , desde que essas medidas não sejam aplicadas de maneira a constituir uma discriminação arbitrária ou injustificável entre países onde as mesmas condições prevaleçam, ou ainda que não constituam uma barreira disfarçada ao comércio de bens.
GATS	Artigo 14	Cláusula de exceção geral, determina que nenhum dos dispositivos do GATS constituirá um óbice à adoção de medidas para (b) a proteção da vida animal e vegetal desde que essas medidas não sejam aplicadas de maneira a constituir uma discriminação arbitrária ou injustificável entre países onde as mesmas condições prevaleçam, ou ainda que não constituam uma barreira disfarçada ao comércio de serviços.
TRIPS	Artigo 27.2	Determina que os países-membros podem considerar não patenteáveis certas invenções, caso seja necessário para proteger a vida ou a saúde animal ou vegetal, ou para evitar sérios prejuízos ao meio ambiente.
Acordo sobre Agricultura	Preâmbulo Anexo 2-item 12	O preâmbulo considera o meio ambiente como um fator de preocupação não comercial que deve ser compatibilizado com o desenvolvimento comercial. O Acordo ainda prevê a possibilidade de que os Membros possam oferecer aos produtores agrícolas e agricultores, através de programas

⁵³ O trecho supracitado do preâmbulo do Acordo Constituinte da OMC possui o seguinte teor:

*“Recognizing that **their relations in the field of trade and economic endeavour should be conducted** with a view to raising standards of living, ensuring full employment and a large and steadily growing volume of real income and effective demand, and expanding the production of and trade in goods and services, **while allowing for the optimal use of the world’s resources in accordance with the objective of sustainable development, seeking both to protect and preserve the environment and to enhance the means for doing so in a manner consistent with their respective needs and concerns at different levels of economic development** [...]”* (grifos próprios)

		com finalidade ambiental, pagamentos sem estes serem considerados subsídios.
Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (“SPS”)	Artigo 5º	Membros devem assegurar que as medidas sanitárias e fitossanitárias por eles impostas são baseadas em uma análise dos riscos à vida e saúde humana, animal e vegetal, devendo levar em conta, em tal análise: evidências científicas; métodos e processos de produção; inspeções, amostragem e métodos de testagem; prevalência e/ou existência de pestes e doenças; e condições ambientais relevantes. Ademais, deve-se visar compatibilizar tais garantias com a liberalização comercial, evitando-se a tomada de medidas restritivas arbitrárias. O subparágrafo 7 contém um dos dispositivos mais relevantes (por fins que serão explicados a seguir) do acordo, que estabelece o chamado “ princípio da precaução ”: quando as evidências científicas supracitadas forem insuficientes, um Membro pode adotar medidas sanitárias e fitossanitárias, provisoriamente, com base nas informações disponíveis no momento. Em tais circunstâncias, os Membros envolvidos devem empreender esforços para obter as informações necessárias para uma avaliação de risco objetiva, em um período razoável de tempo.
Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (“TBT”)	Preâmbulo Artigos 2.2 e 2.10 Artigos 5.4 e 5.7	Preâmbulo reconhece a importância de medidas não discriminatórias direcionadas à preservação ambiental. A proteção da saúde e vida humana, animal e vegetal, além do próprio meio-ambiente, são considerados objetivos legítimos.
Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (“SCM”)	Artigo 8.2(c)	Determina que os subsídios designados para adaptação e <i>compliance</i> frente a leis ambientais (que, portanto, podem resultar em maiores ônus financeiros e restrições às empresas), em até 20% do custo de adaptação, serão considerados não acionáveis e, portanto, não proibidos pelo SCM e não sujeitos a medidas compensatórias.

Fonte: Elaboração própria, baseada nos textos dos Acordos da OMC.

4.2. O capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável

Com a incipiente regulação do tema do desenvolvimento sustentável em sede multilateral, é de se esperar que países com maior preocupação ou que possuam agendas desenvolvimentistas mais próximas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável começassem a tratar – e até mesmo impor – tais disposições como essenciais no corpo de qualquer acordo regional de comércio.

O Acordo Comercial entre a União Europeia e o Mercosul não foi uma exceção. Por diversas razões que, de forma alguma se pretende esgotar neste trabalho, a União Europeia vem se mostrando como uma grande defensora dos ideais relacionados ao desenvolvimento sustentável e à defesa do meio ambiente, inclusive visando assegurar tais ideais com uma postura clara e forte de inserir disposições exaustivas e garantias jurídicas neste sentido em seus compromissos internacionais, seja pela criação de uma cultura de defesa destes ideais, do desenvolvimento de políticas que permeiam a ideia de eficiência energética ou o enraizamento histórico de energias renováveis.⁵⁴

Apenas como forma de sistematização acerca dos compromissos internacionais em matéria ambiental assumidos pela União Europeia, é notável a classificação de Flavia Cristina Magrini⁵⁵, que catalogou os acordos comerciais do bloco europeu em matéria ambiental em três grupos: (i) acordos superficiais, que apenas repetem as exceções previstas no artigo XX do GATT e possuem fragilidades do ponto de vista institucional (a saber, a dependência frente ao sistema de solução de controvérsias da OMC); (ii) acordos intermediários, constituintes da grande maioria dos acordos europeus, carregados de disposições OMC-extra, reforçando o princípio do desenvolvimento sustentável e mencionando, de forma genérica, áreas em que poderia haver cooperação, como o combate à poluição, proteção de ecossistemas e supervisão de impactos da produção energética no meio ambiente, além do estabelecimento de um órgão de supervisão geral, do ponto de vista institucional; e (iii) acordos profundos, que possuem como característica maior especificidade regulatória em matéria ambiental e que estabelecem meios políticos e jurídicos de efetividade, com maior grau de cooperação pré-definido. É característico desses acordos, por fim, inovar quando enfatizam a obrigatoriedade de diversos tratados pertencentes ao regime internacional de meio ambiente.

Isso posto, percebe-se que o regime jurídico internacional em área ambiental no âmbito de acordos comerciais é bem mais rico no caso europeu do que no caso dos países do Mercosul. Com tal premissa estabelecida, agora passamos à análise do capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável, visando iniciar as conclusões posteriores anunciadas na introdução desta tese.

⁵⁴ VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías; RIBEIRO, Thais Lemos. **Sistema internacional de hegemonia conservadora – governança global e democracia na era da crise climática**. São Paulo: Annablume, 2013.

⁵⁵ MAGRINI, Flávia Cristina de Lima Ferreira. **Acordos regionais de comércio: o caso das cláusulas ambientais**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014, pp. 55-65.

4.2.1. Objetivos, escopo de aplicação, o ‘direito de regular’ e obrigações de transparência

Assim como de praxe na maioria dos acordos internacionais, o capítulo a ser estudado se inicia com uma clara definição do escopo de aplicação das disposições a serem descritas neste trabalho. A partir disso, é possível entender mais sobre o racional do capítulo, suas hipóteses de incidência e como o acordo entre os dois blocos gira em torno das questões de sustentabilidade e uma adequação entre os valores de desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente.

De maneira clara, o Artigo 1(1) esclarece que o objetivo do Capítulo é fomentar a introdução de ideais de desenvolvimento sustentável na política comercial e de investimentos das Partes, a partir do estabelecimento de princípios e iniciativas relacionadas a questões trabalhistas⁵⁶ e ambientais no que se refere ao desenvolvimento sustentável, à luz de aspectos específicos do comércio internacional e da disciplina internacional de investimentos.

Isso posto, o Acordo menciona alguns instrumentos jurídico-políticos prévios e de elevada importância para a concretização dos ideais de desenvolvimento sustentável, a saber: (i) a Agenda 21⁵⁷ e a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento⁵⁸; (ii) a Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Johannesburgo para a Implementação do Desenvolvimento Sustentável de 2002; (iii) a Declaração Ministerial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas para a Criação de um Ambiente Nacional e Internacional para gerar plenos e produtivos empregos e trabalho decente para todos; (iv) a Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Justa, da OIT, de 2008; (v) o documento

⁵⁶ Conforme esclarece o texto do Acordo, aqui se faz referência aos princípios de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (“OIT”), expressos na Declaração acerca de Justiça Social para uma Globalização Justa, de 2008. Basicamente, o conceito de trabalho decente pode ser definido como o trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna o trabalhador. Além disso, segundo o supracitado documento da OIT, a referida agenda possui três prioridades, quais sejam: (a) a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e tratamento; (b) a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e (c) o fortalecimento de atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.

⁵⁷ A Agenda 21 pode ser reputada como um dos principais produtos da Conferência Eco-92 (também conhecida como Rio-92). Tal documento foi um dos principais em seara internacional a estabelecer a importância de que cada país assumisse uma postura de refletir acerca dos impactos ambientais e como a criação de políticas públicas, a atuação ostensiva de órgãos governamentais e ONGs, para além da conscientização da sociedade civil, se mostra essencial para a concretização do objetivo de criar um mundo mais sustentável.

⁵⁸ Foi aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992. Foi um documento assinado paralelamente à Agenda 21 e a Declaração de princípios relativos às florestas. De maneira extremamente resumida, a Declaração emplacou 27 princípios inerentes ao desenvolvimento sustentável, a dignidade humana, o meio ambiente e as obrigações dos Estados em matéria de direitos ambientais da coletividade. O objetivo principal seria fomentar a criação de novos acordos internacionais que respeitem os interesses da coletividade, protejam o meio ambiente e garantam o desenvolvimento sustentável a nível global.

final “O Futuro que Queremos”, da Conferência de Desenvolvimento Sustentável da ONU em 1992; (vi) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, de 2015.

Todos estes acordos possuem natureza principiológica, à medida que estabelecem princípios e fomentam a criação de políticas públicas, não havendo vinculação jurídica, de modo que seu cumprimento é dependente do comprometimento contínuo das lideranças de governo e da sociedade civil dos países signatários⁵⁹. Todavia, o papel desempenhado por eles é relevante na conscientização da população global, governos e de atores do mundo privado, o que é ressaltado pela menção, feita no acordo comercial, às suas disposições.

Ademais, importante destacar que o Acordo assume que as dimensões econômica, social e ambiental são interdependentes, de modo que cada uma delas possui uma contraparte na seara do desenvolvimento sustentável, de modo que as Partes do Acordo se comprometem a promover políticas comerciais e fomentar posturas, no âmbito do comércio internacional, que se coadunem com os interesses de preservação ambiental e propagação do desenvolvimento sustentável.

Para tanto, tal promoção - segundo o Artigo 1(4) do Acordo – deve ser feita a partir de três pilares. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento do comércio internacional de forma que contribua para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, garantindo seus standards trabalhistas e ambientais no âmbito de relações comerciais livres, abertas, transparentes e consistentes com as obrigações contraídas pelos países na seara multilateral. Um segundo pilar seria a consistência de suas políticas comerciais com as obrigações multilaterais contraídas nas áreas ambiental e trabalhista. Por fim, o último pilar seria o fomento da cooperação e construção de mútuo entendimento no cumprimento e aplicação de medidas relacionadas a aspectos ambientais, levando em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento, as diferentes realidades nacionais, capacidades e necessidades de cada Estado Parte, face à diversidade de países envolvidos no arcabouço deste acordo comercial.

Este último pilar, o da cooperação tendo em consideração as assimetrias entre os países envolvidos é de suma importância tendo em vista o fato de que o acordo congrega, em essência, um grupo de países com maior nível de desenvolvimento relativo do que o outro, a saber, a

⁵⁹ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 e biodiversidade. Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade.**

Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates9.pdf.

União Europeia em relação ao Mercosul. Tais assimetrias, mais bem analisadas no capítulo 5 desta obra, constituem importante risco e ponto de atenção para os países do Mercosul, haja vista que o standard de proteção ambiental europeu é significativamente mais rigoroso que o latino-americano, de modo que pressões realizadas pelos europeus nesse âmbito podem esbarrar nas limitações da capacidade institucional dos países latinos em concretizá-los.

Passando à análise do Artigo 2º do Acordo, têm-se que ele estabelece o chamado ‘direito de regular’ ou ‘direito a regulação’ e níveis de proteção. Basicamente, o que tal artigo faz é definir que cada Estado parte possui um direito próprio de estabelecer o nível de regulação que entender adequado, e também o direito de modificar e adotar leis e regulações visando estabelecer suas contribuições para o desenvolvimento de prioridades e políticas de desenvolvimento sustentável.

É evidente que o estabelecimento de tal nível de proteção não pode desconsiderar a necessidade de empreender esforços para atingir os objetivos de preservação ambiental, além de dever estar em conformidade com os standards multilaterais aplicáveis. Assim, entende-se que tal direito a regulação não é irrestrito e possui importantes balizas: os artigos 2(2) e 2(3) ainda determinam que as Partes devem aprimorar as leis e políticas públicas na área, de modo a assegurar níveis altos e eficientes de proteção, além de não poderem enfraquecer os níveis de proteção conferidos na legislação doméstica, com a intenção de encorajar investimentos e fomentar o comércio, tampouco derrogar tais leis e políticas.

Em suma, entende-se que a promoção do comércio e dos investimentos não pode superar os interesses de proteção ambiental e trabalhista, o que acaba por ser o maior filtro à liberdade de cada Estado Membro. Todavia, outro filtro a ser mencionado é a disposição do Artigo 2(6) que, por outro lado, estabelece – replicando a linguagem do *chapeau* (parágrafo introdutório) do Artigo XX do GATT⁶⁰ - que as leis de proteção ambiental e trabalhista não devem ser aplicadas de forma a constituir uma restrição disfarçada ao comércio ou veicular discriminação arbitrária ou injustificável.

Segundo a jurisprudência da OMC, com relação ao teste de discriminação arbitrária ou injustificável, o Appellate Body da OMC em US – Shrimp⁶¹ resumizou os seguintes aspectos: a) a aplicação da medida deve resultar em discriminação; (b) essa discriminação deve ser de

⁶⁰ O parágrafo introdutório do Artigo XX do GATT dispõe que: “*Sujeito aos requisitos de que tais medidas não sejam aplicadas de maneira que possam constituir arbitrária ou injustificada discriminação entre países onde as mesmas condições prevaleçam, ou disfarçada restrição ao comercio internacional, nada neste Acordo poderá ser interpretado de forma a evitar a adoção ou aplicação por qualquer parte contratante de medidas: [...]*”

⁶¹ Appellate Body Report, US - Shrimp, parágrafos 150 e 165.

caráter arbitrário ou injustificável; (c) e a discriminação deve ocorrer entre países onde prevalecem as mesmas condições. Com relação ao aspecto da discriminação ser injustificável, o AB reiterou, em *Argentina – Hides and Leather*⁶² e em *US – Gasoline*⁶³ que (i) a natureza da discriminação deve ser deliberada, sendo uma discriminação capaz de ter sido prevista e não apenas inadvertida ou inevitável; e que (ii) deve ser constatada a disponibilidade de medidas alternativas, de modo a determinar se a discriminação era de fato inevitável.

A partir do caso *US – Tuna II (Mexico)*⁶⁴, a jurisprudência da OMC permite depreender que tal análise deve centrar-se na causa da discriminação ou na razão apresentada para explicar a sua existência, à luz do objetivo da medida. Assim, a discriminação será arbitrária ou injustificável quando as razões apresentadas não possuem relação racional com o objetivo alegado. É, ainda, a partir desse standard, que se articula o outro (o referente à restrição disfarçada): se a medida veicula discriminação arbitrária e injustificável, ela sempre será uma restrição disfarçada ao comércio internacional⁶⁵.

Para finalizar este primeiro bloco de artigos, temos o artigo 3º do acordo, que dispõe acerca das obrigações de transparência entre as Partes. Basicamente, tal obrigação de transparência engloba todas as medidas que almejam proteger o meio-ambiente e condições de trabalho que possam afetar o comércio e investimentos e todas as medidas comerciais e de investimentos que possam afetar a proteção do meio ambiente e condições de trabalho. Tal obrigação de transparência pode ser conceituada como uma que define que as medidas supracitadas devem ser aplicadas de forma clara, objetiva e de forma que aumente a conscientização e encoraje a participação pública da sociedade civil, de acordo com as regras e procedimentos domésticos. Conforme iremos ponderar no capítulo V desta obra, a participação da sociedade civil neste acordo comercial é um ponto estratégico de suma importância.

4.2.2. Relação com acordos multilaterais e seus *standards*

Conforme mencionado anteriormente, a relação entre os direitos e obrigações previstos em acordos regionais e sua compatibilização com suas contrapartes em sede multilateral é um ponto de grande atenção na disciplina jurídica do comércio internacional, conforme discutido no Capítulo II desta obra. O Acordo Comercial entre a União Europeia não foge desta tendência,

⁶² Appellate Body Report, *Argentina - Hides and Leather*, parágrafos 11.324-11.330.

⁶³ Appellate Body Report, *US – Gasoline*, parágrafos 28-29.

⁶⁴ Appellate Body Report, *US – Tuna II (Mexico)* Art. 21.5., parágrafo 225.

⁶⁵ Appellate Body Report, *US – Gasoline*, parágrafo 25.

mas não se limita à compatibilização do Acordo com os Acordos da OMC, abrangendo também a harmonização com standards e acordos multilaterais no âmbito trabalhista e ambiental.

O Artigo 4º trata justamente da relação entre as disposições do Acordo Comercial e os standards e acordos multilaterais na área trabalhista. De maneira introdutória, o artigo menciona que os Estados-Membro devem valorizar a criação de políticas públicas que visem garantir o conceito de trabalho decente, que pode ser definido como o trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna o trabalhador. Além disso, segundo o supracitado documento da OIT, a referida agenda possui três prioridades, quais sejam: (a) a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e tratamento; (b) a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e (c) o fortalecimento de atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática.⁶⁶

Segundo o Acordo, a concretização dos ideais de trabalho decente e elevados níveis de proteção trabalhista, com o adequado *enforcement*, possui um efeito benéfico no que tange à eficiência econômica, inovação e produtividade, incluindo a própria performance exportadora do país. Para atingir tais ideias, o Acordo sublinha a importância do estabelecimento de um diálogo social em matérias trabalhistas, não só entre trabalhadores, empregados e organizações representativas como sindicatos, mas também envolvendo o governo, que se compromete a promover tais diálogos.

Entrando no âmbito dos Acordos multilaterais específicos, o Acordo menciona a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, adotada pela OIT na sua 86ª Sessão em 1998, que dispõe acerca da promoção e implementação dos seguintes valores: (a) liberdade de associação e a proteção do direito coletivo de barganha; (b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; (c) a efetiva abolição do trabalho infantil; e (d) a eliminação da discriminação no âmbito da empregabilidade e da ocupação.

No que tange à concretização dos objetivos de trabalho decente, o Acordo menciona, em seu artigo 10, a Declaração sobre Justiça Social para uma Justa Globalização de 2008, adotada pela OIT em sua 97ª Conferência Internacional. Com relação a este instrumento, o destaque é dado aos seguintes pontos focais de atenção: (i) a criação de medidas que fomentem

⁶⁶ SACHS, Ignacy. Desarrollo y trabajo decente para todos. **Revista Internacional del Trabajo**, vol. 123, núm. 1-2, 2004.

e melhorem a saúde e segurança ocupacionais, incluindo a justa compensação em casos de contração de doenças e lesões no exercício da função; (ii) a garantia de condições decentes de trabalho, inclusive no que tange a salários e rendimentos; (iii) a instituição de práticas de fiscalização trabalhista, a partir do manejo dos standards de fiscalização da OIT; e (iv) o combate à discriminação no que diz respeito à garantia de condições ideais de trabalho, com especial atenção aos trabalhadores migrantes/estrangeiros.

Uma importante regra do capítulo é a que diz respeito ao compromisso, das Partes, de realizar esforços contínuos e significativos acerca da ratificação de Convenções da OIT, Protocolos e outros documentos relevantes, com destaque ao Protocolo de 2014 à Convenção sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório.

Outra disposição que merece destaque é a dos artigos 4(6) e 4(8), que determinam obrigações de troca de informações, consulta e cooperação mútua. O primeiro dispositivo versa sobre a troca de informações a respeito do status dos processos de ratificação das Convenções da OIT que estejam em andamento, enquanto o segundo dispõe acerca da necessidade de consulta e cooperação mútua entre as partes para questões trabalhistas na seara comercial.

É importante ressaltar que obrigações como essa, de cooperação mútua e consulta estão presentes por todo o Acordo e nos indicam a tônica geral e o racional com que as Partes negociaram tal Acordo e como pretendem aplicá-lo no futuro.⁶⁷ Não apenas a cooperação e assistência mútua são necessárias, como também a garantia de pleno funcionamento e de acesso a procedimentos administrativos e judiciais, de modo que ações efetivas contra violações de direitos trabalhistas protegidos neste Acordo sejam veiculadas, algo que é positivado no artigo 4(11).

Anunciadas as questões trabalhistas, o artigo 5º do Acordo passa para as disposições de compatibilização de seu conteúdo com os acordos multilaterais em matéria ambiental. É reconhecido que a área ambiental é uma das três dimensões do desenvolvimento sustentável – a saber, econômica, social e ambiental – e que estas devem ser integradas e balanceadas, haja vista o potencial de interdependência e afetação de cada pilar sob outro.

Além de reforçar o compromisso dos membros com suas já contraídas obrigações internacionais em questões ambientais, o Acordo ainda prevê – assim como fez no artigo anterior acerca de standards multilaterais trabalhistas – obrigações de troca de informações no

⁶⁷ O Acordo prevê a cooperação e assistência mútua em questões aduaneiras, em Compras Governamentais, política da concorrência, propriedade intelectual, empresas estatais e nos capítulos sobre diálogos e transparência, conforme delineado no Capítulo III desta obra.

que concerne à ratificação de acordos multilaterais na área e a de consulta e cooperação nas questões supracitadas.

Por fim, faz-se relevante frisar que o Acordo reitera que a proteção ambiental e a adoção de medidas em conformidade com seus compromissos internacionais em matéria ambiental pode ser justificada a partir do Artigo XX do GATT, desde que não constitua um veículo de discriminação arbitrária e injustificável e não constitua uma restrição disfarçada ao comércio internacional, conforme explicado anteriormente.

4.2.3. Comércio internacional e mudanças climáticas, biodiversidade e gestão sustentável das florestas, da pesca e da aquicultura

Os artigos 6º, 7º, 8º e 9º do Acordo estudado fazem remissão à relação entre o comércio internacional e mudanças climáticas, biodiversidade e a gestão sustentável de diversos recursos naturais e atividades correlatas ao seu manejo, como as florestas, a pesca e a aquicultura.

No que concerne às mudanças climáticas, o artigo 6º reitera a importância da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)⁶⁸ face a necessidade urgente de se preservar o meio-ambiente e conter as mudanças climáticas.

Ademais, o artigo 6(2) define que cada Estado-Membro deve implementar a referida Convenção-Quadro e o Acordo de Paris, adotado na 21ª Conferência das Partes (COP 21) da UNFCCC. Mais especificamente, menciona a compatibilização da atuação dos países envolvidos neste Acordo com o artigo 2º do Acordo de Paris, que prevê a promoção de uma contribuição positiva do comércio na redução de gases de CO₂, além de diversificar a habilidade de adaptação produtiva face aos impactos das mudanças climáticas, objetivando garantir a integridade do sistema de produção alimentar.

Com relação à biodiversidade, o Acordo reconhece a importância da conservação e do uso sustentável da diversidade biológica, de forma consistente com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre o Comércio internacional das Espécies da

⁶⁸ Segundo sumarização do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Convenção-Quadro objetiva “estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência humana perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado em um prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, assegurando que a produção de alimentos não seja ameaçada e permitindo ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável.”. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>. Acesso em setembro de 2020.

Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) e o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura.

Além disso, está prevista a atuação das Partes no sentido de implementar medidas efetivas para a redução do tráfico ilegal, além do encorajamento do comércio de produtos baseados em origem natural, mas obtidos a partir de práticas e recursos sustentáveis ou que contribuam para a conservação da biodiversidade, o que também passa pela divisão justa e equitativa dos benefícios que venham a surgir do uso de recursos genéticos e de medidas de acesso a tais recursos.

O primeiro passo para concretizar tal objetivo é dado pelo artigo 7(3), que obriga as Partes a realizar um intercâmbio de informações no que concerne a iniciativas e boas práticas no comércio de produtos baseados em recursos naturais, com vistas à preservação da biodiversidade e da cooperação, a nível bilateral e regional nessa seara.

O artigo 8º, por seu turno, aborda o devido manejo e gestão sustentável dos recursos provenientes de florestas. Nessa área, as Partes se obrigam a incentivar o comércio de produtos provenientes de florestas manejadas de forma sustentável, colhidos de acordo com a legislação doméstica. Em uma dimensão socioeconômica desta obrigação, o Acordo evidencia o compromisso das Partes em promover – de acordo com a situação e com seu prévio consentimento – a inclusão de comunidades locais de base florestal e povos indígenas em cadeias de produção sustentáveis, de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, como meio de melhorar seus meios de subsistência e de promover a conservação e o uso sustentável das florestas, a partir da inclusão de grupos que lidam com tais recursos historicamente e a nível não industrial, que aprenderam a conviver e a respeitar a preservação de tais recursos.

Em último lugar, mas não menos importante, está o artigo 9º, que trata da preservação e manejo sustentável da aquicultura, dos recursos marinhos e de seus ecossistemas, além da compatibilização de tais valores com a prática da pesca. De acordo com o Acordo, cada Parte deverá: (i) implementar, a longo prazo, medidas de conservação e boa gestão dos recursos marinhos e do próprio desenvolvimento sustentável já previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar⁶⁹ (CNUDM ou UNCLOS, em inglês) e demais instrumentos multilaterais relevantes; (ii) agir de forma consistente com os princípios delineados no Código

⁶⁹ Positivada como Lei no Brasil pelo Decreto nº 99.165, de 12 de março de 1990, que promulga a supracitada Convenção. O referido instrumento internacional que positivou diversos elementos do direito costumeiro internacional no que tange a assuntos marítimos, como a definição de mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental e diversos outros conceitos. Pode-se dizer que a Convenção estabelece os princípios gerais da utilização dos recursos marítimos, sejam eles vivos, os de solo e subsolo. É importante ressaltar, também, que foi a partir desta Convenção que foi criado o Tribunal Internacional do Direito do Mar, a quem compete julgar todas controvérsias que tangenciam a interpretação e aplicação do referido tratado.

de Conduta da FAO para a Pesca Responsável⁷⁰; (iii) participar e cooperar ativamente no âmbito das Organizações Regionais para o Ordenamento Pesqueiro e qualquer outro fórum internacional de relevância, inclusive através da adoção de medidas de controle efetivo e monitoramento, como a implementação de documentação obrigatória e necessidade de certificação.

Após a análise de todas essas questões, percebe-se que o racional de preservação dos recursos supracitados que é veiculado pelo Acordo é bem claro, inclusive pela análise da sistemática textual dos dispositivos do Acordo, que seguem a seguinte lógica (que denota a estratégia do Acordo para estabelecer o fomento dos referidos ideais de sustentabilidade): (i) o reconhecimento de certos recursos e áreas a serem protegidas, inclusive com a adoção de práticas específicas; (ii) a definição de obrigações para as Partes, sempre reforçando obrigações já contidas em instrumentos multilaterais sobre o tema; (iii) a introdução de um dispositivo de cooperação e assistência mútua e cooperação entre as Partes.

4.2.4. Evidências técnico-científicas

Certamente uma das seções mais relevantes do Capítulo, o artigo 10º aborda a questão das informações técnico-científicas, presentes também no Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC. Esta questão será melhor abordada no capítulo seguinte, de modo que este subcapítulo servirá apenas para introduzir a questão.

O primeiro ponto a ser destacado neste artigo é a previsão de que qualquer medida estabelecida pelos Membros - destinada à proteção do meio ambiente ou das condições de trabalho - que possua o condão de afetar o comércio internacional e o fluxo de investimentos deve ser amparada por evidências técnico-científicas reconhecidas pela comunidade científica e baseada em *standards*, diretrizes e recomendações internacionais, quando existirem. Tal dispositivo replica o artigo 2.2. do Acordo SPS, que determina que toda medida SPS deve ser baseada em princípios científicos e deve ser mantida mediante evidência científica suficiente.

O artigo 10 (2), por sua vez, veicula talvez o mais controverso e importante artigo que diz respeito ao conhecido princípio da precaução, também previsto no artigo 5.7 do Acordo SPS. Basicamente, o princípio da precaução se torna relevante em situações em que não existem evidências científicas suficientes para sustentar uma medida SPS, mas há necessidade de tomar

⁷⁰ Documento adotado por mais de 170 Estados Membros da FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, que objetiva estabelecer princípios e padrões aplicáveis à Conservação, Gestão e Desenvolvimento de todas as pescarias.

medidas imediatas e provisórias para mitigar certos danos. Segundo a inteligência do artigo 10 (2), medidas tomadas com amparo no princípio da precaução devem ser submetidas à revisão periódica, de modo que a Parte que as adotar deve buscar novas fontes de informação para subsidiar a avaliação da pertinência da medida e a revisão de sua aplicação.

Apesar do grau de discricionariedade veiculado pelo artigo 10 (2), o Acordo explicita, no artigo subsequente, que qualquer Membro possui a prerrogativa de requisitar - à Parte que implementou a medida - informações justificando a insuficiência ou inconclusividade das evidências científicas disponíveis, além de poder levar a discussão ao Subcomitê de Comércio e Desenvolvimento sustentável, criado no âmbito deste Capítulo pelo artigo 14, como se verá adiante. Por fim, o artigo 10 (4) replica a linguagem do *chapeau* do artigo XX do GATT que, conforme explicado anteriormente, determina que as medidas com amparo no artigo XX do GATT (no caso, o artigo replica a linguagem do GATT, de modo que o artigo 10 (4) se aplica às medidas abarcadas pelo artigo 10 do Capítulo, ou seja, as com amparo no princípio da precaução) não podem constituir uma restrição disfarçada ao comércio internacional ou uma discriminação injustificada. A questão do princípio da precaução enquanto ponto de atenção às Partes do Acordo será melhor abordada no Capítulo V desta obra.

4.2.5. Comércio internacional, manejo responsável das cadeias produtivas e demais iniciativas comerciais e de investimento relacionadas ao desenvolvimento sustentável

Com relação ao previsto no artigo 11, o Acordo trata do manejo responsável das cadeias globais de produção. De maneira geral, o Acordo trata tal objetivo como sendo resultado direto de boas práticas de governança corporativa e o ensejo de práticas de responsabilidade social e ambiental no âmbito de empresas.

Isso posto, o caráter recomendatório deste artigo se apresenta no sentido de que as Partes se comprometem a fazer uso e disseminar a aplicação dos instrumentos internacionais relevantes, como: (i) a Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social, que oferece aos governos, aos empregadores e aos trabalhadores, orientações em matéria de emprego, formação, condições de trabalho e de vida e relações de trabalho⁷¹; (ii) o Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da ONU direcionada à empresas que assumiram o compromisso de alinhar estratégias e seu próprio *modus operandi* com princípios

⁷¹Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/publicacoes%20/WCMS_227046/lang--pt/index.htm. Acesso em setembro de 2020.

de diversas ordens, como direitos humanos, trabalho decente, meio ambiente e combate à corrupção⁷²; e (iii) as *Guidelines* da OCDE para Empresas Multinacionais⁷³.

Não obstante tal compromisso de promoção da assunção voluntária de práticas de responsabilidade social pelas empresas e o fomento da criação de políticas para a efetiva implementação dos princípios supracitados, o Acordo ainda prevê que as Partes devem reconhecer a utilidade de diretrizes específicas na área de responsabilidade social empresarial, o que deve ser conjugado com a cooperação e o trabalho conjunto, incluindo a previsão de troca de informações e de boas práticas de governança.

Com relação às iniciativas de investimento relacionadas ao desenvolvimento sustentável, o Capítulo menciona no Artigo 12 que as Partes devem encorajar o comércio e os investimentos em bens e serviços, assim como o intercâmbio de boas práticas e tecnologia que possam impactar positivamente as condições sociais e ambientais em escala nacional, regional ou global.

4.2.6. Subcomitê em comércio e desenvolvimento sustentável, consultas, painel de experts e resolução de disputas

Por fim, abordando a parte institucional do Capítulo, serão abordados os instrumentos e instituições criadas no âmbito deste Acordo Comercial para veicular os mecanismos de cooperação e fomento do desenvolvimento sustentável supracitados. O Acordo apresenta as seguintes estruturas institucionais:

Quadro 2 – Estruturas institucionais do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável

Subcomitê em Comércio e Desenvolvimento Sustentável (art. 14)	Resolução de disputas (art. 15)	Consultas (art. 16)	Painel de experts (art. 17)	Procedimentos de revisão (art. 18)
Suas funções serão: (i) a facilitação e monitoramento da efetiva implementação do Capítulo; (ii) cumprir as funções de conduzir consultas e	Partes devem resolver conflitos através do diálogo, exercício de consultas,	As Partes podem iniciar consultas acerca da interpretação e/ou aplicação do Capítulo a partir de uma	Se, após 120 dias do pedido de consultas, não houver uma solução, a Parte que solicitou a consulta pode	As Partes devem, nas reuniões do subcomitê, discutir quaisquer medidas tomadas no âmbito do capítulo e debater sua implementação, o que

⁷² Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>. Acesso em setembro de 2020.

⁷³ Disponível em: <https://www.oecd.org/corporate/mne/38110590.pdf>. Acesso em setembro de 2020.

estabelecer o painel de experts; (iii) realizar recomendações ao Comitê de Comércio, inclusive fazendo referência às discussões com a sociedade civil.	troca de informações e cooperação para evitar qualquer desacordo.	submissão escrita (clarificando a matéria em questão, os dispositivos relevantes e como estas são afetadas) ao Ponto de Contato da outra parte.	requerer o estabelecimento de um Painel de Experts para analisar a questão. Nesse sentido, o estabelecimento do Painel e as regras de procedimento seguem o que foi delineado no capítulo de Solução de Disputas.	inclui a possibilidade de revisão.
O Subcomitê irá publicar um relatório após cada uma de suas reuniões, enquanto cada Parte deve estabelecer um Ponto de Contato em sua estrutura de governo para facilitar a comunicação e coordenação das Partes no que tange à implementação deste Capítulo.	As Partes não terão acesso aos mecanismos de resolução de disputas de acordo com o Título VIII.	As Partes devem utilizar o mecanismo de consultas com o fim de encontrar uma solução negociada e o Subcomitê deve considerar informações de outros instrumentos internacionais relevantes e até mesmo as contribuições da sociedade civil.	Os Painéis serão compostos por três membros, selecionados a partir de uma lista de experts mantidos pelo Subcomitê. O Painel deve emitir um relatório preliminar em até 90 dias contados de seu estabelecimento – e um final em mais 60 dias.	Tal revisão deve levar em conta a experiência de outras partes, desenvolvimentos na arena internacional e contribuições da sociedade civil. O Subcomitê retém a prerrogativa, também, de sugerir alterações.

Fonte: elaboração própria a partir dos artigos 14-18 do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável.

No que tange às regras acerca de resolução de disputas, ao mesmo tempo em que a introdução de normas de comércio e desenvolvimento sustentável em acordos regionais possui diversas implicações em termos de ajustes de políticas ambientais, verifica-se que tais normas carecem de *enforcement* no âmbito do direito internacional. Assim, serão discutidas propostas de encaminhamento para tais problemas de executoriedade, ao mesmo tempo em que se debaterá como tais disposições ainda afetam assim afetam a integração comercial no âmbito do comércio internacional.

Desde 2009, quando a União Europeia ratificou seu acordo de livre-comércio com a Coreia do Sul, a prática do bloco europeu tem sido o de incluir capítulos semelhantes em seus acordos regionais. Como é de se perceber, o cerne destes capítulos envolve o ato de reiterar

standards e compromissos contidos em instrumentos multilaterais como o Acordo de Paris e as Convenções da Organização Internacional do Trabalho.

Nem todos os acordos veiculam os dispositivos de comércio e desenvolvimento sustentável da mesma forma. Como exemplo, o Acordo de Parceria Econômica Japão-União Europeia ("JEEPA") contém um capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável, assim como o Acordo Comercial Mercosul-União Europeia, enquanto o Acordo Integral de Economia e Comércio entre Canadá e União Europeia (mais conhecido por sua sigla em inglês Comprehensive Economic and Trade Agreement, "CETA") possui abordagem diferente, com três capítulos abordando a temática: um sobre comércio e desenvolvimento sustentável (Capítulo 22), um sobre comércio e trabalho (Capítulo 23) e outro sobre comércio e meio ambiente (Capítulo 24).

Todos os capítulos de comércio e desenvolvimento sustentável negociados pela União Europeia criam uma espécie de Subcomitê que possui como principal função o monitoramento dos compromissos veiculados no acordo, em conjunto com um grupo consultivo doméstico. Se uma das partes vislumbra uma violação de qualquer um dos dispositivos do capítulo, podem ser iniciadas consultas para resolução da disputa. Na falha destes mecanismos de autocomposição, um painel de três experts pode ser criado, onde cada Parte nomeia um *expert* de uma lista pré-selecionada. O painel decide se de fato houve uma violação ou não e determina meios para resolução da disputa.

Todavia, a principal característica dos capítulos de comércio e desenvolvimento sustentável é a ausência de procedimentos de resolução de disputas com decisões essencialmente vinculantes e executáveis, além da inexistência de sanções pelo descumprimento.

A falta de sanções levou a manifestações, tanto de representantes de alguns governos quanto da sociedade civil organizada, no sentido de que os capítulos de comércio e desenvolvimento sustentável seriam ineficazes na prática. Grupos da sociedade civil europeia também apontam que há um desequilíbrio na forma como as suas preocupações e as dos investidores são tratadas: de acordo com os mecanismos de proteção ao investimento contidos em muitos acordos comerciais da UE, os investidores estrangeiros podem entrar com um processo de compensação financeira no caso de ação governamental que tenha prejudicado seu

investimento; grupos preocupados com abusos trabalhistas e degradação ambiental, por outro lado, têm recursos limitados.⁷⁴

Esta abordagem no que tange ao *enforcement* dos capítulos de comércio e desenvolvimento sustentável contrasta com a tomada por outros países, como EUA e Canadá. Em geral, o primeiro ponto de diferenciação se dá à medida em que os compromissos assumidos nos acordos firmados por EUA e Canadá possuem menor escopo. Ainda mais, os capítulos de comércio e desenvolvimento sustentável negociados por EUA e Canadá estão vinculados aos mecanismos de resolução de disputas dispostos para o restante do acordo.

No caso dos acordos europeus, a exemplo do artigo 15(5) do capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável do Acordo Mercosul-União Europeia, as Partes não possuem recurso a tais mecanismos.⁷⁵ Assim, nos acordos norte-americanos, caso o painel decida que houve uma violação dos dispositivos do acordo, preferências tarifárias podem ser revogadas. Os acordos canadenses (à exceção do CETA) permitem que disputas sejam trazidas exclusivamente no caso de disposições trabalhistas relacionadas ao comércio serem violadas; se o painel decidir a favor do reclamante, poderá ser aplicada uma multa proporcional.

Nesse sentido, vemos nos artigos 16 e seguintes uma espécie de procedimento *sui generis* para a resolução de quaisquer desavenças advindas do capítulo em questão, o qual estabelece a necessidade de consultas entre as partes (*Article 16 - Consultations*) e a formação, em caso de insucesso das consultas, de um painel de especialistas (*Article 17 - Panel of Experts*), concluindo-se com procedimentos de revisão das medidas de implementação (*Article 18 - Review*), se houverem, das obrigações descritas no Capítulo.

Adicionalmente, as seções de desenvolvimento sustentável ainda tendem a delegar uma posição de "vigia" para entidades civis organizadas ao redor dos temas de sustentabilidade, as chamadas DAGs (*Domestic Advisory Groups*), que fiscalizam constantemente as medidas adotadas pela parte signatária do acordo e sua compatibilização para com as obrigações assumidas. A União Europeia, por exemplo, institui uma DAG para cada Acordo Comercial, além de realizar reuniões anuais para discutir percepções e providências acerca do tema de desenvolvimento sustentável dentro da respectiva parte signatária.

Diante disso, tem-se o problema orientador deste trabalho. Por mais que países e organizações internacionais tenham dado importantes passos para colocar o desenvolvimento

⁷⁴ LOWE, Sam. **The EU should reconsider its approach to trade and sustainable development**. Disponível em <https://www.cer.eu/insights/eu-should-reconsider-its-approach-trade-and-sustainable-development>. Acesso em abril de 2021.

⁷⁵ O artigo 15(5) dispõe que: "*No Party shall have recourse to dispute settlement under Title VIII (Dispute Settlement) for any matter arising under this Chapter.*"

sustentável como uma das pautas centrais de suas ambições comerciais, a abordagem utilizada recorrentemente para o fazer é largamente criticada pela falibilidade no que tange à sua executabilidade. Em outras palavras, as propostas de tratamento do tema são vistas como *"lacking teeth"*⁷⁶.

CAPÍTULO V – OS POTENCIAIS EFEITOS DO ACORDO COMERCIAL UE-MERCOSUL

Feita toda a reflexão supracitada, passando pela importância do conceito de desenvolvimento sustentável, pela relevância do balanceamento entre os ideais de preservação ambiental e desenvolvimento econômico, os mecanismos associativos e o binômio multilateralismo-regionalismo, esta conclusão pretende empreender uma breve análise dos principais pontos focais de atenção no conteúdo do Acordo.

De forma alguma pretende-se esgotar a tão ampla temática que envolve o paradigmático Acordo Comercial entre a União Europeia e os países do Mercosul. Isso posto, tal capítulo aborda principalmente questões atinentes às questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e sua relação com o comércio internacional, mas sem prejuízo da análise de temas como o panorama regulatório do Acordo, as assimetrias entre os países envolvidos e a confecção de um balanço geral acerca dos benefícios e pontos de atenção dentro do Acordo.

5.1. Vantagens e desafios a partir da implementação do Acordo

Não obstante todos os pontos positivos elencados anteriormente, o Acordo também carrega suas problemáticas e pontos focais de atenção. Conforme anunciado anteriormente, as questões ambientais carregam um peso elevado na conjuntura deste acordo integrativo, o que suscita diversas questões, principalmente ligadas ao princípio da precaução e às disparidades de atuação em questões ambientais entre os países dos blocos envolvidos. Tais assimetrias, por sua vez, não ficam contidas às questões ambientais e também se estendem aos demais pontos do acordo, o que será analisado a seguir.

5.1.1. Desafios impostos pela implementação do Acordo

Conforme mencionado, as questões atinentes ao comércio e desenvolvimento sustentável são centrais para o entendimento da sistemática de integração veiculada pelo acordo

⁷⁶ LOWE, Sam. **The EU should reconsider its approach to trade and sustainable development**. Disponível em <https://www.cer.eu/insights/eu-should-reconsider-its-approach-trade-and-sustainable-development>. Acesso em abril de 2021.

em análise. Não só pelo inédito capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável, mas também pela importância que o bloco europeu dá a tal pauta, o que entra em choque com a política ambiental do atual governo brasileiro.

A questão ambiental é uma preocupação central dos países da União Europeia na maioria de seus acordos, sem mencionar a importância da questão para a própria sociedade europeia.⁷⁷ Isso gera um potencial de conflito entre países de ambos os blocos – a exemplo das tensões entre França e Brasil no mês de agosto de 2019, ocasionadas pela postura do presidente Jair Bolsonaro quanto ao manejo da crise ambiental e das queimadas que acometem a Floresta Amazônica.⁷⁸

Segundo dados extraídos do site da Comissão Europeia⁷⁹, em novembro de 2016, o bloco europeu apresentou uma estratégia para a implementação⁸⁰ da supracitada Agenda 2030, das Nações Unidas, além de abordagens gerais para a concretização de objetivos concernentes à pauta de desenvolvimento sustentável.

De uma maneira geral, pode-se dizer que o Documento supracitado define que a União Europeia tem como objetivo incluir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas políticas e iniciativas, fazendo do desenvolvimento sustentável o princípio orientador de todas as políticas da Comissão Europeia. Mais do que isso, o bloco pretende impulsionar a aplicação da Agenda 2030 juntamente com os governos de todos os Membros, o Parlamento Europeu, outras instituições europeias, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, cidadãos e outras partes interessadas.⁸¹

Mais especificamente na temática ambiental, visando atender aos Objetivos de número 6, 7, 12, 13, 14 e 15⁸², a Comunicação explica que os avanços ambientais verificados na Europa

⁷⁷ EL cambio climático preocupa a los europeos más que el terrorismo global. **Agencia EFE**. 10 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/espana/sociedad/el-cambio-climatico-preocupa-a-los-europeos-mas-que-terrorismo-global/10004-4061493>. Acesso em julho de 2020.

⁷⁸ AYUSO, Silvia; SÁNCHEZ Álvaro. Francia amenaza con bloquear el acuerdo con Mercosur por los incendios en Brasil. **El País**, 23 de Agosto de 2019. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/08/23/actualidad/1566554931_522227.html. Acesso em julho de 2020.

⁷⁹ COMISSÃO EUROPEIA. **Abordagem da União Europeia em matéria de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/international-strategies/sustainable-development-goals/eu-approach-sustainable-development_pt. Acesso em outubro de 2020.

⁸⁰ O documento chamado “Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions - next steps for a sustainable European future”.

⁸¹ COMISSÃO EUROPEIA. **Abordagem da União Europeia em matéria de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/international-strategies/sustainable-development-goals/eu-approach-sustainable-development_pt. Acesso em outubro de 2020.

⁸² Tais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são atinentes, respectivamente: à garantia de disponibilidade de manejo sustentável dos recursos hídricos e saneamento; garantia de acesso à energias limpas e renováveis; consumo e produção responsáveis; combate às alterações climáticas; conservação dos oceanos e da vida aquática; e proteção, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

nas últimas décadas foram resultados de atuações legislativas protetivas, que garantem alto nível de proteção em matérias como preservação da natureza e de seus recursos. A Europa garante que irá complementar tais abordagens legislativas com outras políticas destinadas a garantir padrões de consumo e produção sustentáveis, além da diminuição da emissão de poluentes.

Toda esta preocupação, se contrastada com a postura negligente e descuidada do governo brasileiro com questões ambientais, ameaça colocar a entrada em vigor do Acordo em cheque. Conforme explicado, a entrada em vigor do compromisso depende da aprovação de países como a França que, preocupados com a postura governamental brasileira, certamente irá frear o avanço do Acordo até ver garantias concretas de que o governo brasileiro leva tais pautas a sério: os mecanismos de *soft law* presentes no Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável parecem não ser suficientes para frear o descompromisso brasileiro⁸³ com o desenvolvimento sustentável.⁸⁴

Para cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") vislumbrados no âmbito da Assembleia Geral da das Nações Unidas, a União Europeia desenvolveu uma estratégia de implementação da chamada Agenda 2030, além de objetivos gerais relacionados à pauta de desenvolvimento sustentável. Tais esforços, naturalmente, se refletiram na política comercial do bloco europeu.

Através do documento chamado *“Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions - next steps for a sustainable European future”*, os órgãos institucionais e representativos da União Europeia definiram que o desenvolvimento sustentável seria o princípio orientador de todas as políticas da Comissão Europeia. Ademais, o documento também prevê uma tentativa de impulsionar a aplicação de tais objetivos de maneira conjunta com os governos de todos os Membros, o Parlamento Europeu, outras instituições europeias, organizações internacionais e organizações da sociedade civil.⁸⁵

⁸³ BENITES, Afonso. Desmatamento sob Bolsonaro afasta investidores e ameaça acordo Mercosul-União Europeia. **El País**, 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-25/desmatamento-sob-bolsonaro-afasta-investidores-e-ameaca-acordo-mercotel-uniao-europeia.html>. Acesso em outubro de 2020.

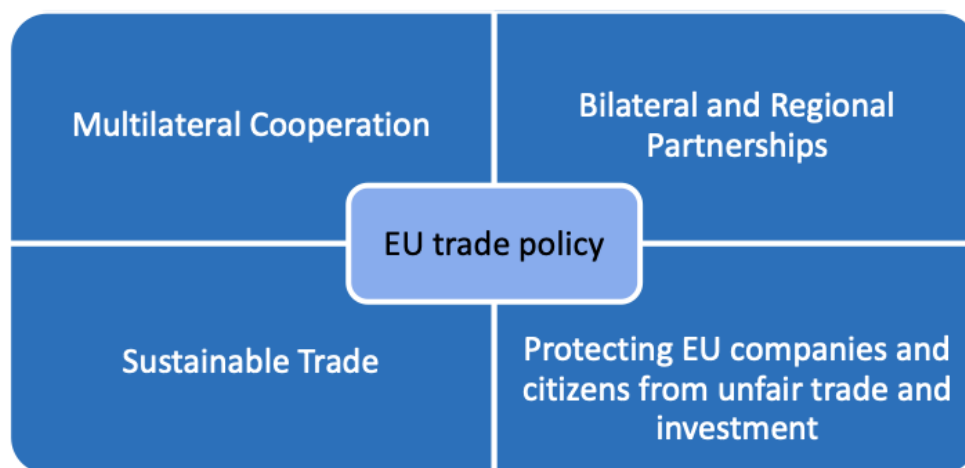
⁸⁴ AYUSO, Sílvia. França freia acordo entre UE e Mercosul, “preocupada” com seu impacto no desmatamento. **El País**, 18 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-18/franca-freia-acordo-entre-ue-e-mercotel-preocupada-com-seu-impacto-no-desmatamento.html>. Acesso em outubro de 2020.

⁸⁵ COMISSÃO EUROPEIA. **Abordagem da União Europeia em matéria de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/international-strategies/sustainable-development-goals/eu-approach-sustainable-development_pt. Acesso em abril de 2021.

O documento que veicula tal Comunicação exprime de forma bem clara que os avanços ambientais verificados na Europa nas últimas três décadas resultaram majoritariamente de atuações legislativas protetivas, garantidoras de um alto nível protetivo no que tange à preservação da natureza e seus recursos. Assim sendo, a política do bloco europeu é de complementar tais abordagens legislativas com demais ações que auxiliem na consecução de padrões de consumo e de produção sustentáveis, além da diminuição da emissão de poluentes.

Os acordos comerciais negociados pela União Europeia, no que tange às regras de comércio e desenvolvimento sustentável, são pautados por algumas diretrizes gerais. Tais diretrizes podem ser observadas, por exemplo, a partir do Plano Estratégico traçado pela Direção-Geral de Comércio da Comissão Europeia⁸⁶. Segundo o documento, são quatro os pilares da política comercial do bloco europeu, sendo que o comércio sustentável figura neste rol, em conjunto com a cooperação multilateral, o fomento às parcerias bilaterais e regionais e a proteção de companhias e cidadãos europeus de injustiças no âmbito do comércio e investimentos:

Quadro 3 - Quatro pilares da política comercial europeia.



Fonte: Plano Estratégico traçado pela Direção-Geral de Comércio da Comissão Europeia para os anos de 2020-2024.

No que tange ao pilar do comércio sustentável, pode-se citar algumas das principais prioridades da política comercial europeia:

⁸⁶ Disponível em: https://ec.europa.eu/info/system/files/trade_sp_2020_2024_en.pdf. Acesso em abril de 2021.

- (i) o respeito aos *standards* e acordos internacionais no que tange às áreas ambiental e trabalhista;
- (ii) a busca pelo efetivo *enforcement* de regras jurídicas nessas áreas;
- (iii) não desrespeitar leis ambientais ou trabalhistas para estimular o comércio ou o investimento e, assim, evitar uma '*race to the bottom*' no que tange aos impactos ambientais;
- (iv) comercializar recursos naturais de forma sustentável;
- (v) combater o comércio de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção;
- (vi) encorajar o comércio por partes que apoiem o combate às mudanças climáticas; e
- (vii) promover práticas como responsabilidade social corporativa.

Além destes pontos destacados, a Comissão Europeia também relata estratégias para aspectos como a promoção de compras públicas mais sustentáveis e a diminuição de barreiras para o comércio e investimentos em matéria de energias renováveis. Segundo o documento, as regras jurídicas e políticas que regulam o comércio global devem, assim como as regras internas da União Europeia, possibilitar o compartilhamento do desenvolvimento e prosperidade que advém da abertura progressiva de mercados. Todavia, tais políticas comerciais devem, inclusive, compatibilizar-se com o movimento global rumo ao desenvolvimento sustentável e o cumprimento de standards internacionais nas áreas trabalhista, ambiental e outras.

Assim, a Comissão Europeia conclui que o desenvolvimento sustentável depende, acima de tudo, que políticas internas sociais, estruturais, ambientais e macroeconômicas sejam baseadas em ações multilaterais desenvolvidas em uma miríade de instituições, como a ONU, OIT, FAO, OCDE e a própria OMC.⁸⁷

Tal problemática fica ainda mais ressaltada pela análise de um dos principais dispositivos do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável: o artigo 10º, que veicula o chamado princípio da precaução. O princípio da precaução pode ser conceituado como um instrumento de “controle de danos transfronteiriços regionais decorrentes da poluição atmosférica e da ocorrência de chuva ácida em regiões industriais europeias”.⁸⁸ De forma simplificada, Tereza Ancona Lopez conceitua o princípio como uma “manifestação de

⁸⁷ COMISSÃO EUROPEIA. **Plano Estratégico traçado pela Direção-Geral de Comércio da Comissão Europeia para os anos de 2020-2024**, p. 9. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/system/files/trade_sp_2020_2024_en.pdf. Acesso em abril de 2021.

⁸⁸ THORSTENSEN, Vera; MOTA, Catherine Rebouças; ARIMA JR, Mauro KIITHI. O princípio da precaução na OCDE. **Working Paper 515 – CCGI nº 19**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, outubro de 2019.

prudência”, que considera “novos riscos presentes na sociedade e a necessidade de prevenção contra danos graves e irreversíveis”.⁸⁹

O conceito de gerenciamento de riscos, segundo os precedentes de *Australia – Salmon*⁹⁰ e *EC- Hormones*⁹¹, consiste em uma decisão política, que leva em consideração dois fatores: (1) o nível apropriado de proteção que o Estado deseja conferir e (2) à medida que será implementada para veicular tal nível de proteção. Segundo o precedente de *EC – Hormones*, deve haver uma relação racional entre a medida e o *risk assessment*, de modo que este ampare, razoavelmente, a medida. O conceito, traduzido livremente como avaliação de riscos, está presente nos artigos 5.1 e 5.2 do Acordo SPS, e consiste na avaliação da probabilidade de entrada, estabelecimento ou difusão de pestes ou doenças em um território de um Membro, de acordo com os padrões sanitários e fitossanitários.

Isso posto, o princípio da precaução está previsto no artigo 5.7 do Acordo SPS, que parte da premissa de que será aplicado em situações em que evidências científicas não são suficientes para a determinação do risco que é associado a determinado produto/atividade, no âmbito de uma tentativa de evitar danos ao meio ambiente, à saúde humana, animal e vegetal.⁹²

O princípio da precaução não é aplicado de maneira uniforme. Dentro dos conceitos de ‘*risk management*’ e ‘*risk assessment*’ presentes no Acordo SPS da OMC, EUA e a União Europeia divergem quanto à aplicação do princípio da precaução.⁹³

Para os EUA, o princípio da precaução se enquadra no âmbito de gerenciamento de riscos, não se incorporando ao corpo dos princípios gerais de direito, detendo juridicidade apenas após determinação de documento jurídico vinculante, devendo haver comprovação científica de danos ou riscos à saúde humana ou segurança ambiental para subsidiar a aplicação de medidas restritivas.⁹⁴

Para a União Europeia, todavia, o princípio é um princípio geral de direito, ou seja, constituinte de uma das fontes de Direito Internacional dispostas no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Isso tornaria o princípio juridicamente vinculante *per se*, independentemente de documento jurídico que o veicule. Isso posto, a União Europeia prevê

⁸⁹ LOPEZ, Teresa Ancona. **Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil**. São Paulo: Quartier Latin, 2010, pp. 109-110.

⁹⁰ WTO. **Appellate Body Report, Australia – Measures Affecting Importation of Salmon**. WTO Doc. WT/DS18/AB/R, adotadas em 06 de novembro de 1998.

⁹¹ WTO. **Appellate Body Report, EC – Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones)**. Doc. WT/DS26/AB/R, adotadas em 13 de fevereiro de 1998.

⁹² VAN DEN BOSSCHE, Peter; ZDOUC, Werner. **The law and policy of the World Trade Organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 923-927.

⁹³ *Ibid.*, p. 926.

⁹⁴ U.S. Chamber of Commerce. **Precautionary Principle**. 4 August 2010. Disponível em: <https://www.uschamber.com/precautionary-principle>. Acesso em outubro de 2020.

hipóteses mais amplas de aplicação de tal princípio, o que suscita preocupações, por parte de alguns, que tal postura se enverede para protecionismos indevidos. Superada tal crítica, a qual este trabalho não pretende endereçar, a União Europeia entende que o princípio é aplicável quando há (i) a identificação de efeitos potencialmente adversos; (ii) avaliação das evidências científicas disponíveis; e (iii) a percepção de algum grau de incerteza científica.⁹⁵

Na jurisprudência do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, o Corpo de Apelação definiu quatro testes cumulativos para a aplicação do artigo 5.7 do Acordo SPS, nos casos *Japan – Agricultural Products II*⁹⁶ e *US/Canada – Continued Suspension*⁹⁷, a saber: (i) **a medida deve ser imposta quando constatada insuficiência de evidência científica relevante**, no sentido de que a insuficiência não pode ser determinada meramente pela falta de evidência, mas também pela falta de evidência amparando outros pontos de vista. O Painel reiterou que os conceitos de insuficiência da evidência científica e de incerteza científica não são sinônimos, de modo que a evidência será insuficiente somente se obstar uma aferição de riscos nos termos do artigo 5.1 do Acordo SPS; (ii) **a medida deve ser adotada com base nas informações pertinentes disponíveis**; (iii) **a medida não deve ser mantida a menos que o Membro esteja em busca de informações adicionais para uma aferição objetiva dos riscos envolvidos**, de modo que deve o Membro empregar seus melhores esforços para remediar a insuficiência, além de dever buscar informações adicionais para subsidiar a realização de uma aferição de risco; e, finalmente, (iv) **a medida deve ser limitada temporalmente e revista periodicamente**.

No âmbito do Acordo Comercial entre a União Europeia e o Mercosul, à luz do contexto de tensão entre a ingerência brasileira no que tange às políticas públicas ambientais e a preocupação preservacionista europeia, o artigo 10.2 – que positiva o princípio da precaução – ganha ainda mais forma e atenção, visto que o dispositivo é visto pela própria União Europeia como um veículo para a manutenção de seus padrões de proteção ambientais e trabalhistas.⁹⁸

Do ponto de vista do Mercosul e, mais especificamente, do governo brasileiro, a redação do artigo 10.2 foi cuidadosamente designada para evitar abusos protecionistas, como no caso da aplicação extraterritorial das obrigações positivadas: o artigo expressamente condiciona que

⁹⁵ Comissão das Comunidades Europeias. Comunicação da Comissão relativa ao princípio da precaução. Bruxelas, 2.2.2000, COM (2000) 1 final. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/YXY/PDF/?uri=CELEX:52000DC0001&from=EN>. Acesso em outubro de 2020.

⁹⁶ Appellate Body Report, *Japan – Measures Affecting Agricultural Products*. Doc. WT/DS76/AB/R (adopted Mar. 19, 1999).

⁹⁷ Appellate Body Report, *US/Canada – Continued Suspension of Obligations in the EC-Hormones Dispute*. Doc. WT/DS321/AB/R (adopted Nov. 14, 2008).

⁹⁸ EUROPEAN COMMISSION. **New EU-Mercosur trade agreement. The Agreement in principle**. Brussels, 1º de julho de 2019. Disponível em: https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/june/tradoc_157964.pdf. Acesso em outubro de 2020.

o risco ambiental deve ser vinculado ao território da parte reclamante, o que preserva direitos regulatórios das Partes, além de evitar demais abusos. Ainda, segundo o Ministério da Agricultura⁹⁹, o princípio também não abarcará as medidas sanitárias e fitossanitárias, o que diminui ainda mais as possibilidades de abusos protecionistas.

Conforme adiantado no Capítulo IV, a participação da sociedade civil também se faz relevante neste âmbito. O artigo 14.3 (c) do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável empodera o Subcomitê de Comércio e Desenvolvimento Sustentável a incorporar sugestões e discussões com organizações da sociedade civil através da publicação de seus relatórios. Conforme já mencionado, essa é mais uma expressão das disparidades entre os dois blocos envolvidos no Acordo: a sociedade europeia é sensivelmente mais conectada a questões ambientais, do que decorre a aferição de que sua participação será muito mais substancial se comparada a dos países latino-americanos, fruto de seu maior nível de organização e poder de pressão.¹⁰⁰

Assim, alertam Claudia Marques e Vivian Rocha¹⁰¹, a União Europeia pode usar tais instrumentos normativos para fins protecionistas, por exemplo, mencionando os efeitos da emissão de poluentes em seu território. Todavia, a estrutura do Acordo e do Subcomitê formado em seu bojo provém um *locus* institucional de endereçamento de discussões, situação que demandará a atuação ativa não somente do governo brasileiro e dos demais países do Mercosul, mas da própria sociedade civil.

À parte da questão envolvendo o princípio da precaução, muito se fala nos potenciais riscos que tal arranjo associativo pode vir a trazer para o Mercosul, haja vista as notáveis assimetrias entre os dois blocos econômicos.

Ainda no ano de 2003, em outro contexto da ordem econômica global, Deisy Ventura escreveu obra paradigmática¹⁰² acerca das assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia, no contexto de sua integração. Segundo a autora, tais assimetrias podem ser sumarizadas em duas grandes categorias: a assimetria institucional e a assimetria relacional¹⁰³.

⁹⁹ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Mercosul-EU: veja como ficam as tarifas e cotas para produtos agrícolas.** Disponível em: <http://agricultura.gov.br/noticias/mercotel-ue-veja-como- ficam-tarifas-e-cotas-para-produtos-agricolas>. Acesso em outubro de 2020.

¹⁰⁰ MARQUES, Claudia; GABRIEL, Vivian Daniele Rocha. Acordo Mercosul/União Europeia (EU), Sustentabilidade e o Princípio da Precaução. **Revista de Direito do Comércio Internacional**, n. 02, EnLaw, 2019, p. 70.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 72.

¹⁰² VENTURA, Deisy. **As Assimetrias entre o Mercosul e a União Europeia: os desafios de uma associação inter-regional.** Barueri: Manole, 2003.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 133-143.

Por mais atual e importante que seja tal obra, algumas adições podem ser feitas à sistematização das assimetrias protuberantes no âmbito da associação entre os dois blocos, o que se faz particularmente relevante no âmbito do Acordo Comercial UE-Mercosul. Dito isso, à luz da nova dinâmica negocial e dos avanços realizados no âmbito da associação entre os dois blocos, pode-se dizer que as assimetrias percebidas podem ser sumarizadas em quatro categorias, incorporando as duas categorias que Ventura compilou anteriormente: (i) assimetria institucional; (ii) assimetria relacional; (iii) assimetria econômica e de desenvolvimento; e (iv) assimetria ideológica e de priorização de certas pautas.

Com relação à assimetria econômica e de desenvolvimento, é evidente que há uma assimetria geral nos indicadores macroeconômicos combinados de ambas as regiões, fato comprovado pela grande maioria dos países europeus ser classificada como possuindo maior índice de desenvolvimento relativo do que suas contrapartes sul-americanas.

Não obstante, há uma grande diferenciação entre a própria ideologia, no sentido de pautas a serem priorizadas, e o grau de engajamento das empresas e da sociedade civil na concretização de tais pautas. Um grande exemplo, como já mencionado, é a questão ambiental. Não só a questão ambiental é uma preocupação central dos países da União Europeia na maioria de seus acordos, sem mencionar a importância da questão para a própria sociedade europeia.¹⁰⁴ Os Estados europeus ainda elevam a questão ambiental a um patamar estratégico no âmbito de suas políticas públicas¹⁰⁵.

A disparidade na participação da sociedade civil também é um grande exemplo de assimetria. Após pesquisa no site da Worldwide NGO Directory¹⁰⁶, buscando dados de toda a América do Sul (não apenas os países do Mercosul), foram registradas apenas 657 ONGs, enquanto este número, na União Europeia, salta para 3787. Isso é demonstrativo não só do maior engajamento dos europeus em questões político-sociais, como também na importância que tais sociedades no geral dão para questões que, talvez pelo menor desenvolvimento econômico-industrial do Mercosul, ainda não são tão valorizadas.

¹⁰⁴ EL cambio climático preocupa a los europeos más que el terrorismo global. **Agencia EFE**. 10 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/espana/sociedad/el-cambio-climatico-preocupa-a-los-europeos-mas-que-terrorismo-global/10004-4061493>. Acesso em julho de 2020.

¹⁰⁵ COMISSÃO EUROPEIA. **Abordagem da União Europeia em matéria de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/international-strategies/sustainable-development-goals/eu-approach-sustainable-development_pt. Acesso em outubro de 2020.

¹⁰⁶ WORLDWIDE NGO Directory. **WANGO**. Disponível em: <https://www.wango.org/resources.aspx?section=ngodir&sub=region®ionID=5&col=cc3300>. Acesso em outubro de 2020.

Isso posto, levando em consideração todas as assimetrias supracitadas, é evidente que potenciais pontos de conflito e de prejuízo às partes mais “hipossuficientes” do Acordo devem ser sempre ponderadas.

Segundo reflexão de Luciana Ghiotto e Javier Echaide¹⁰⁷, existem alguns potenciais pontos de prejuízo, sobretudo pontos que ressaltam as supracitadas assimetrias, que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, ponderam acerca das indústrias que serão majoritariamente beneficiadas: o setor industrial e o de movimentação de capitais pelo lado europeu, e o agropecuário pelo Mercosul, respectivamente seus setores mais competitivos.

Isso pode ser visto, de um lado, como um risco de se perpetuar o modelo extrativista e acentuar a dicotomia industrialização do lado dos europeus *versus* exploração do setor primário pelos latinos. A exemplo de outros acordos europeus com países em desenvolvimento, há a preocupação de que a diversificação econômica prometida pelo acordo nunca venha, de modo que apenas se verificará a acentuação da dependência do Mercosul da extração de recursos naturais e da performance exportadoras destes produtos (matérias-primas e produtos agrícolas). Isso seria, inclusive, contraproducente do lado europeu, que tanto cobra uma postura mais ativa de países como o Brasil no ataque aos danos ambientais causados pela atuação humana.

Segundo Ahumada¹⁰⁸, um bom exemplo é o acordo comercial Chile-UE, celebrado em 2005. As exportações aumentaram em 23%, principalmente de cobre, mas as indústrias nacionais tiveram um crescimento das exportações de apenas 2%. Isso mostra que tais acordos podem possuir o condão de aprofundar a especialização na produção de matérias-primas e na exploração de recursos naturais, enquanto as importações industriais da UE crescem, o que aumenta a disparidade entre os dois blocos.

Outra preocupação identificada pelos autores diz respeito ao desmantelamento das cadeias regionais de valor, fomentadas pela integração a nível do Mercosul, principalmente pelo fato de que parte significativa da compra brasileira de produtos industriais e de consumo argentinos será substituída pela compra de produtos europeus, apenas para exemplificar.

A primeira implicação óbvia desta disparidade, sobretudo na questão ambiental, é a grande possibilidade de questionamento - nos termos específicos das disposições de resolução de disputas do capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável, o que pressupõe consultas e posterior estabelecimento de painel de experts para dirimir a lide, conforme descrito no

¹⁰⁷ GHIOTTO, Luciana; ECHAIDE, Javier. **Analysis of the Agreement between the European Union and the Mercosur**. Berlin, Buenos Aires, Brussels: Anna Cavazzini MEP, The Greens/EFA, 2019, pp. 118-125.

¹⁰⁸ GHIOTTO, Luciana; ECHAIDE, Javier. **Analysis of the Agreement between the European Union and the Mercosur**. Berlin, Buenos Aires, Brussels: Anna Cavazzini MEP, The Greens/EFA, 2019, p. 119.

capítulo IV – das políticas comerciais brasileiras, sob o pretexto de violação dos termos do capítulo. Isso não apenas pode ser um instrumento protecionista a ser utilizado por parte dos europeus, que podem questionar medidas individuais de membros do Mercosul, mas pode e deve ser visto como um incentivo para que o governo brasileiro honre os compromissos internacionais assumidos, criando um arcabouço de políticas públicas ambientais e comerciais que estejam em sintonia com o Acordo e com a adequação do binômio comércio e desenvolvimento sustentável.

Embora as disparidades entre os países envolvidos no Acordo sejam motivo de atenção, é importante notar que se integrar no comércio internacional e nas cadeias globais de valor, significa dar um importante passo pelos países em desenvolvimento para modificar o paradigma de divisão global a partir do critério de desenvolvimento: é só a partir da intensificação dos fluxos comerciais e de investimentos e da inserção do país na economia global que será possível mitigar, cada vez mais, as assimetrias supramencionadas.

5.1.2. As vantagens e a importância do Acordo Comercial

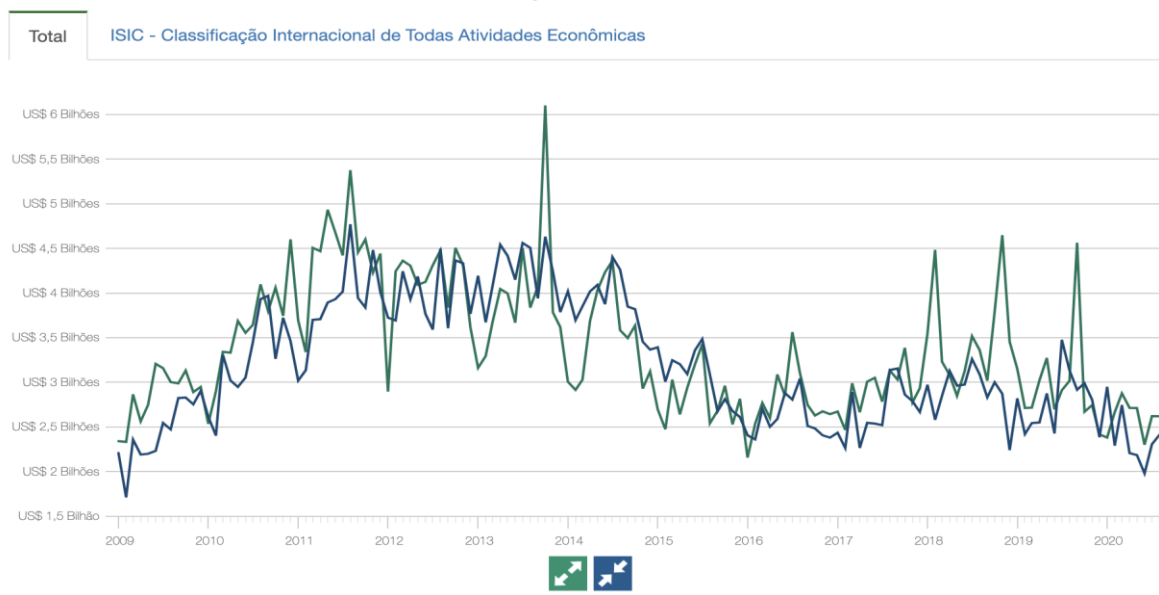
O Acordo entre Mercosul e União Europeia é muito mais abrangente do que qualquer outro acordo comercial já firmado pelo Brasil. Segundo dados do Itamaraty apresentados à Comissão de Agricultura na Câmara dos Deputados, em 20 de agosto de 2019¹⁰⁹, os blocos representam, somados, PIB de cerca de US\$ 20 trilhões, o que representou aproximadamente 25% da economia global. Segundo dados do Portal ComexVis¹¹⁰, do Ministério da Economia, de janeiro a agosto de 2020, as exportações para a União Europeia representaram 15,11% do total das exportações brasileiras, enquanto as importações, 18,7%.

Gráfico 7 - Série histórica da União Europeia enquanto parceiro comercial brasileiro

¹⁰⁹ GNCE – ITAMARATY. **Apresentação perante a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados**. 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2019/audiencia-publica-20-de-agosto-de-2019-mre>. Acesso em setembro de 2020.

¹¹⁰ Portal informativo mantido pelo Ministério da Economia (COMEX STAT. **ComexVis**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: setembro de 2020).

Série histórica - Parceiro: União Europeia - UE



Fonte: ComexVis.

É patente a importância do mercado europeu para o Brasil e o Mercosul, mais uma evidência da relevância do Acordo Comercial. Não obstante, segundo dados da União Europeia¹¹¹, que a Europa é a segunda maior parceira comercial do Mercosul, logo atrás da China, representando 17.1% das trocas comerciais de todo o bloco.

Em uma análise quantitativa, verificou-se que, apenas no ano de 2019, as exportações europeias para os quatro países do Mercosul totalizaram €41 bilhões. As exportações do bloco sul-americano não ficaram atrás: atingiram o patamar de €35.9 bilhões. A partir de pesquisa no site ComexVis, é possível entender a configuração dos principais produtos envolvidos nas trocas comerciais brasileiras com a União Europeia, tanto em matéria de importação quanto exportação, conforme gráficos abaixo:

Gráfico 8 - Top 10 produtos exportados pelo Brasil à UE.

¹¹¹ Extraídos do site da Comissão Europeia. (EUROPEAN COMMISSION. **Trade**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-andregions/regions/mercosur/#:~:text=11%20trade%20in%20goods%20partner,EU%20were%20%E2%82%AC35.9%20billion.&text=The%20EU%20exported%20%E2%82%AC21,to%20the%20EU%20in%202018>. Acesso em setembro de 2020).



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do Portal ComexVis.

Gráfico 9 - Top 10 produtos referentes às principais importações brasileiras originadas da EU.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do Portal ComexVis.

Ademais, deve-se destacar que, no âmbito dos investimentos, a União Europeia figura como o maior investidor estrangeiro no Mercosul. Em 2017, o estoque de investimentos da UE no bloco sul-americano somou US\$ 433 bilhões. O Brasil é o quarto maior destino de investimento estrangeiro direto (IED) extrablocos da EU, segundo dados do Itamaraty.¹¹²

¹¹² GNCE – ITAMARATY. **Apresentação perante a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados**. 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2019/audiencia-publica-20-de-agosto-de-2019-mre>. Acesso em setembro de 2020.

Em termos de conjectura, à época da assinatura do Acordo, o governo brasileiro estimava que: (i) os investimentos no Brasil, em 15 anos, cresceriam à ordem de US\$ 113 bilhões; (ii) as exportações brasileiras teriam ganho de quase US\$ 100 bilhões até 2035; (iii) após a desgravação tarifária prevista no acordo, cerca de 92% das exportações do Mercosul e 95% das linhas tarifárias estariam livres de tarifas de entrada ao mercado europeu (vale lembrar que, antes do acordo - em 2019 – tal número circundava o nível de 24% das exportações brasileiras); e (iv) o Mercosul iria liberar 91% das importações originárias da UE e 91% das linhas tarifárias após a desgravação prevista no acordo.¹¹³

Especificamente no que tange à desgravação tarifária, a proposta da União Europeia prevê cestas de desgravação de 0, 4, 7 e 10 anos, além das hipóteses de desgravação parcial (hipóteses de imposição de quotas, preços de entrada e preferência fixa). Já a proposta do Mercosul prevê desgravações de 0, 4, 8, 10 e 15 anos (o setor automotivo), além dos casos de desgravação parcial. 72% da oferta seria *duty free* (sem tarifa) em 10 anos.¹¹⁴

Os impactos no setor do agronegócio também devem ser destacados. Enquanto principal setor da economia brasileira, certamente é um dos setores mais impactados pelo acordo: a União Europeia é o maior importador agrícola mundial, sendo o Brasil um grande fornecedor: em 2018, exportou US\$ 14 bilhões para a UE, com destaque para ração animal (US\$ 3,5 bilhões), café (US\$ 2,3 bilhões), grãos e oleaginosas (US\$ 2 bilhões), preparações alimentícias vegetais (US\$ 1,3 bilhão) e carnes (US\$ 989 milhões).¹¹⁵

Ainda nesta temática, o acordo prevê que a União Europeia liberalizará 82% do volume de comércio, e concederá o status de “acesso preferencial” aos países do Mercosul. Segundo o governo brasileiro, produtos de grande interesse comercial terão tarifas eliminadas ou reduzidas a partir de sucessivas cestas de desgravação, como o café, fumo manufaturado e não-manufaturado, peixes e óleos vegetais. Produtos como carne bovina, frango, açúcar, etanol e milho estarão sujeitos à imposição de quotas, ou seja, são abarcados por hipóteses de desgravação parcial.¹¹⁶

Em contrapartida, o Mercosul deve liberalizar 96% do volume de comércio agrícola com a UE. Na desgravação total, estão azeite de oliva, bebidas, malte e outros. Entre os produtos ofertados em cotas pelo Mercosul, estão queijos, leite em pó, fórmula infantil, vinhos,

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ VIEIRA, Sergio. Acordo Mercosul-UE deve baratear produtos, mas forçar eficiência e produtividade.

Agência Senado, 10 de setembro de 2019. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/08/acordo-mercosul-ue-deve-baratear-produtos-mas-forcar-eficiencia-e-produtividade>. Acesso em outubro de 2020.

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ *Ibid.*

espumantes, alho e chocolates. É importante ressaltar que o mercado europeu é o principal exportador agrícola do mundo¹¹⁷, o que também irá impor desafios aos exportadores brasileiros, à medida em que *commodities* agrícolas adentrem o mercado nacional.

¹¹⁷ Mais informações em: COMISSÃO EUROPEIA. **UE líder no comércio agroalimentar a nível mundial**, 05 de setembro de 2019, Bruxelas. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_19_5527. Acesso em outubro de 2020.

6. CONCLUSÃO

Quando se pensa em um Acordo Comercial que demorou mais de 20 anos para ser negociado, têm-se que sua importância e as implicações dele decorrentes não podem ser simplesmente triviais. Como já mencionado, trata-se de um acordo comercial que compõe um arranjo de integração entre dois dos maiores blocos econômicos do mundo, o que por si só já denota o pioneirismo e a relevância deste Acordo Comercial.

Em rápida sumarização, pode-se inferir os seguintes benefícios advindos da realização do acordo:

Quadro 4 – Análise dos benefícios do Acordo Comercial.

Benefício	Justificativa
Aumento da competitividade da economia brasileira	A entrada de novos players no mercado evidentemente cria a necessidade de melhora qualitativa por parte dos agentes domésticos, o que evita a falta de progresso e inovação geralmente ocasionada pela falta de competição.
Queda no preço dos insumos para diversos setores econômicos, principalmente aqueles extremamente dependentes de importações	O acesso a mercado facilitado e a diminuição de tarifas e custos relacionados à burocracia naturalmente explicam a queda no preço de insumos importados.
Incremento de indicadores macroeconômicos durante o período de liberalização	Tal efeito é decorrente do aumento dos fluxos de investimento, de comércio e do consequente aquecimento da economia.
Incremento dos fluxos de investimentos e dos fluxos comerciais (tanto em nível de importação quanto exportação)	Segundo o Itamaraty, “foram acordadas regras que contribuem para a maior integração da economia brasileira nas cadeias de valor bilaterais, regionais e globais. Ampliarão o acesso do Brasil a insumos tecnológicos a preços mais competitivos, o que significa mais investimentos.” ¹¹⁸
Maior integração às cadeias globais de valor, com redução de barreiras tarifárias e não tarifárias, a imposição de regras de origem mais flexíveis	Inegavelmente, a diminuição de barreiras comerciais possuem o condão de conferir maior participação de produtos brasileiros à diversos processos produtivos e à fluxos de comércio. Tal característica é inerente à criação de acordos regionais de comércio.
Aumento da competitividade nos setores de serviços e compras governamentais	Os capítulos de serviços e compras governamentais abrem o mercado brasileiro para novos produtos e fornecedores, o que aumenta a competitividade à medida em que os agentes domésticos devem buscar ganhar em competitividade com relação aos novos concorrentes que adentrarão o mercado e poderão, de maneira mais simples, inclusive contratar com a Administração Pública.
Reconhecimento mútuo de indicações geográficas	É um dos principais pontos do capítulo de Propriedade Intelectual. Segundo relatório do Itamaraty, “entre as 38 indicações geográficas brasileiras que serão protegidas na UE, estão termos que designam produtos icônicos

¹¹⁸ Tais informações podem ser obtidas no seguinte documento: ITAMARATY. **Acordo de associação Mercosul-União Europeia**. Resumo informativo elaborado pelo Governo Brasileiro. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf. Acesso em: Março de 2020.

	<i>como "Cachaça", queijo "Canastra" e os vinhos e espumantes do "Vale dos Vinhedos". O acordo abre a possibilidade de tramitação mais ágil do processo de reconhecimento de novas indicações geográficas brasileiras. O MERCOSUL reconheceu 355 indicações geográficas europeias."</i>
Aumento de participação do comércio no PIB brasileiro	Tal consequência decorre do aumento dos fluxos comerciais.
Avanços normativos internos e desburocratização, simplificação de procedimentos aduaneiros e administrativos.	Tais objetivos são amplamente reiterados ao longo do acordo como é o caso do capítulo de facilitação de comércio, transparência, diálogos, regras de origem, compras governamentais e temas institucionais.

É evidente que, como todo veículo normativo que estabelece direitos e obrigações, o Acordo Comercial em análise não possui somente benefícios. Além da análise empreendida acerca do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável e os desafios impostos pela questão ambiental e pela assimetria institucional, relacional e de desenvolvimento verificada entre os dois blocos, diversos outros desafios serão impostos, desde o aumento de competitividade imposto às indústrias domésticas, passando pela necessidade de adequação legislativa em alguns pontos, como no âmbito do capítulo de compras governamentais e chegando até as dificuldades institucionais geradas pelo esforço de manutenção da simplificação aduaneira, tarifária e da própria redução da burocracia.

Na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a Assessoria de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), teceu comentário que sumariza bem tais desafios: *"Cabe agora a nós nos prepararmos visando à adaptação ao acordo. O Brasil precisa fazer o dever de casa: reduzir custos, melhorar a infraestrutura logística e, assim, aproveitar esta janela de oportunidades que se abre"*.¹¹⁹

O governo brasileiro também reconhece tais dificuldades, mas afirma que os percalços previstos para alguns setores da indústria doméstica serão compensados pela relevante janela de oportunidades que será aberta. O debate acerca da influência da sociedade civil no Acordo Mercosul-UE é um bom exemplo do tipo de esforço que será necessário por parte do Governo brasileiro e da sociedade civil organizada para que um instrumento jurídico como o Acordo Comercial em análise concretize todas as benesses vislumbradas durante as negociações. Pouco importam as articulações a nível internacional que as ONGs brasileiras possam vir a realizar, caso estas não se organizem internamente vislumbrando uma atuação forte e pujante nas estruturas institucionais de acordos comerciais como o Mercosul-UE.

¹¹⁹ VIEIRA, Sergio. Acordo Mercosul-UE deve baratear produtos, mas forçar eficiência e produtividade.

Agência Senado, 10 de setembro de 2019. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/08/acordo-mercosul-ue-deve-baratear-produtos-mas-forcar-eficiencia-e-produtividade>. Acesso em outubro de 2020.

Mais importante que a disparidade no número de organizações e no engajamento destas quando comparamos o Mercosul e a União Europeia, é a necessidade de trazer uma organização interna que possibilite a atuação pujante das organizações civis que tanto se comenta ser necessário, para igualar o engajamento dos europeus na seara. Para tanto, é essencial se valer de instrumentos como consultas públicas, debates no bojo da sociedade civil, dentre outros instrumentos de engajamento previstos na legislação brasileira e que possam trazer os grupos organizados de nossa sociedade para o debate, ao contrário da atual proposta isolacionista do governo federal que exclui tais grupos do debate acerca do andamento do Acordo.

Pensando nas perguntas a serem respondidas por essa obra, é perceptível que a prevalência da veiculação de inovações normativas por acordos regionais em detrimento dos instrumentos multilaterais encontra resposta na crise institucional da OMC e no sequestro de seu pilar negocial. O cenário de crise do Sistema Multilateral de Comércio levou à consolidação do fenômeno de proliferação do regionalismo, através da assinatura de acordos regionais de livre-comércio e uniões aduaneiras.

Tal cenário ainda ganha mais substância quando se pensa nas razões pelas quais os países assumem tais compromissos internacionais, que variam desde a busca pelo acesso a mercados, a inserção nas cadeias globais de valor e imersão na integração econômica entre os países, até o intuito de garantir segurança jurídica nas relações com países parceiros, consolidar a paz ou até mesmo aumentar poder de barganha na esfera multilateral, assegurados certos compromissos na seara regional.¹²⁰

Com relação aos impactos da assimetria econômica e de desenvolvimento entre os países de ambos os blocos, é fato que estas persistirão com ou sem o Acordo. Embora as disparidades entre os países envolvidos no Acordo sejam motivo de atenção, como no caso do princípio da precaução e da participação e engajamento da sociedade civil, é importante notar que se integrar no comércio internacional e nas cadeias globais de valor significa dar um importante passo dos países em desenvolvimento rumo à modificação do paradigma de divisão global a partir do critério de desenvolvimento: é só a partir da intensificação dos fluxos comerciais e de investimentos e da inserção do país na economia global que será possível colher os frutos pretendidos e mitigar, cada vez mais, as assimetrias supramencionadas.

Por fim, é importante asseverar – com relação aos efeitos das inovações deste acordo comercial – que não é sua entrada em vigor que irá concretizar a liberalização comercial e o

¹²⁰ KURTZ, Jürgen. Regional Trade Agreements and the WTO Legal System. **European Journal of International Law**, v. 19, Oxford University Press, Oxford, 2008, p. 45-46.

ganho em desenvolvimento pretendido. É necessário implementar os dispositivos do acordo e dar seguimento ao esforço de integração comercial iniciada por este importante acordo.

Fica claro que a União Europeia enxerga a questão da sustentabilidade como central em sua política comercial, o que permite concluir que os países europeus atuam na seara de forma a fazer valer suas propostas e ideais – além de emplacar um modelo regulatório pautado em seus padrões (*standards*) – para a consecução de um comércio internacional mais sustentável. Resta a países como o Brasil definir se estão dispostos a se adaptar e se adequar aos *standards* definidos por países com grande importância comercial, como os europeus, ou se permanecerão alheios às cadeias globais de valor e às comprovadas benesses possibilitadas pelos instrumentos de liberalização comercial.

Anexo 1: Acordos Regionais de Comércio assinados pelo Brasil ainda em vigência (ou com vigência pendente)

Acordo Comercial	Principais dispositivos	Status	Participação do parceiro no comércio brasileiro (valores para 2019)
Brasil-Paraguai (ACE 74)	Ampara o comércio de produtos do setor automotivo.	Assinado em 11 de fevereiro de 2020	Exportações: 1.1% (20º lugar) Importações: 0.7% (28º lugar)
Acordo de Ampliação Econômica Brasil-Peru	Matérias de investimentos, serviços e compras governamentais.	Ainda sem vigência. Foi assinado em abril de 2016.	Exportações: 1% (24º lugar) Importações: 0.9% (24º lugar)
Mercosul-Palestina	Eliminação de tarifas e preferências tarifárias	Ainda sem vigência. Assinado em dezembro de 2011 e submetido ao Congresso em maio de 2016.	Exportações: 0.01% (132º lugar) Importações: 0.0003% (143º lugar)
Mercosul-Egito	Abertura ao mercado bilateral de bens, cláusula evolutiva para acesso em serviços e investimentos	Internalizado pelo Decreto nº 9.229, de 6 de dezembro de 2017.	Exportações: 0.8% (29º lugar) Importações: 0.2% (53º lugar)
Mercosul-SACU (União Aduaneira formada por África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia)	Preferências tarifárias e regulação de barreiras técnicas ao comércio, regime de regras de origem.	Promulgado pelo Decreto nº 8.703, de 1º de abril de 2016.	África do Sul: Exportações: 0.5% (39º lugar) Importações: 0.4% (40º lugar) Namíbia: Exportações: 0.004% (158º lugar) Importações: 0.0001% (150º lugar) Botsuana: Exportações: 0.0007% (194º lugar) Importações: 0.00001% (191º lugar) Suazilândia: Exportações: 0.00006% (219º lugar) Importações: 0.00007% (154º lugar)
Mercosul-Israel	Comércio de bens, cooperação técnica e tecnológica, assistência mútua em matéria aduaneira.	Promulgado pelo Decreto nº 7.159, de 28 de abril de 2020.	Exportações: 0.2% (57º lugar) Importações: 0.7% (31º lugar)
Mercosul-Índia	Regras de origem, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias.	Internalizado pelo Decreto nº 6.865 e regulamentado pelas Portarias SECEX nº 13, e nº 22, ambas de 2009.	Exportações: 1.23% (18º lugar) Importações: 2.4% (7º lugar)
Mercosul-Cuba	Regime de origem e	Incorporado ao	Exportações: 0.1% (66º lugar)

(ACE 62)	procedimentos aduaneiros para a verificação de origem, regime de salvaguardas preferenciais, normas e regulamentos técnicos, barreiras sanitárias e fitossanitárias.	ordenamento jurídico brasileiro mediante o Decreto nº 6.068, de 26/03/2007	Importações: 0.005% (106º lugar)
Mercosul-Colômbia (ACE 72)	Regime de origem, barreiras técnicas, barreiras sanitárias e fitossanitárias, regime de salvaguardas.	Incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 9.230, de 07 de dezembro de 2017	Exportações: 1.38% (14º lugar) Importações: 0.8% (26º lugar)
Brasil-Venezuela (ACE 69)	Preferências tarifárias e facilitação de importações	Incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 8.324, de 07 de outubro de 2014	Exportações: 0.2% (56º lugar) Importações: 0.05% (73º lugar)
Brasil-Suriname (ACE 41)	Concessão brasileira de quota anual de 10 mil toneladas de arroz provenientes do Suriname	Internalizado pelo Decreto nº 5.565, de 24 de outubro de 2005	Exportações: 0.02% (118º lugar) Importações: 0.0006% (134º lugar)
Brasil/Guiana/São Cristóvão e Névis (AAP.A25TM80)	Regras de origem, medidas de salvaguarda, facilitação de importações	Internalizado no Brasil pelo Decreto nº 3.989/01, de 29 de outubro de 2001	<u>Guiana:</u> Exportações: 0.02% (111º lugar) Importações: 0.0002% (147º lugar) <u>São Cristóvão e Névis:</u> Exportações: 0.001% (182º lugar) Importações: 0.0003% (141º lugar)
Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela (ACE 59)	Regras de origem, salvaguardas, normas e regulamentos técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias	Incorporado mediante o Decreto nº 5361, de 31 de janeiro de 2005	<u>Colômbia:</u> Exportações: 1.38% (14º lugar) Importações: 0.8% (26º lugar) <u>Equador:</u> Exportações: 0.4% (44º lugar) Importações: 0.05% (72º lugar)
Acordo automotivo Mercosul-México (ACE 55)	Regulamentos para produtos oriundos de zonas francas, regime de salvaguardas, regras de origem, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias	Internalizado mediante o Decreto nº 5.651, de 30 de dezembro de 2005.	Exportações: 2.17% (7º lugar) Importações: 2.37% (8º lugar)
Mercosul-México (ACE 54)	O Acordo é formado pelos acordos bilaterais celebrados	Internalizado no Brasil pelo Decreto	Exportações: 2.17% (7º lugar) Importações: 2.37% (8º lugar)

	entre os países do Mercosul e o México, entre eles o ACE nº 53 - Brasil/México e o ACE nº 55 - Mercosul/México (setor automotivo)	nº 4.598, de 18 de fevereiro de 2003.	
Brasil-México (ACE 53)	Acordo de preferências tarifárias fixas concedidas a aproximadamente 800 códigos Naladi/SH 96.	Internalizado no Brasil pelo Decreto nº 4.383, de 23 de setembro de 2003.	Exportações: 2.17% (7º lugar) Importações: 2.37% (8º lugar)
Mercosul-Bolívia (ACE 36)	Complementação e intercâmbio por setores produtivos, barreiras sanitárias e fitossanitárias, preferências tarifárias, serviços, integração física, investimentos e dupla tributação, cooperação científica e tecnológica, visando estabelecer uma zona de livre-comércio.	Internalizado pelo Decreto nº 2.240, de 28 de maio de 1997.	Exportações: 0.6% (35º lugar) Importações: 0.8% (27º lugar)
Mercosul-Chile (ACE 35)	Visa o estabelecimento de uma área de livre comércio entre as Partes; criação um espaço econômico ampliado, que facilite a circulação de bens e serviços e a plena utilização dos fatores produtivos.	Internalizado no Brasil pelo Decreto n.º 2075, de 19 de novembro de 1996.	Exportações: 2.29% (6º lugar) Importações: 1.79% (13º lugar)
Mercosul (ACE 18)	Criou as bases para a formação do Mercosul. Foi sendo subsequentemente complementado por diversos Protocolos Adicionais e Atas de Retificação.	Implementado no Brasil pelo Decreto nº 550, de 27 de maio de 1992.	<u>Uruguai:</u> Exportações: 1.1% (21º lugar) Importações: 0.6% (32º lugar) <u>Argentina:</u> Exportações: 4.34% (4º lugar) Importações: 5.95% (3º lugar) <u>Paraguai:</u> Exportações: 1.1% (20º lugar) Importações: 0.7% (28º lugar)
Brasil-Argentina (ACE 14)	Preferências tarifárias, ampliação do setor automotivo, incorporou 24 protocolos previamente firmados entre Brasil e Argentina.	Internalizado no Brasil por meio do Decreto nº 60, de 15/03/1991.	Exportações: 4.34% (4º lugar) Importações: 5.95% (3º lugar)

Acordo automotivo Brasil-Uruguai (ACE 02)	Ampara o comércio de produtos do Setor Automotivo entre os dois países, até a efetiva entrada em vigor da Política Automotiva do Mercosul.	Internalizado pelo Decreto n° 88.419, de 20 de junho de 1983	Exportações: 1.1% (21° lugar) Importações: 0.6% (32° lugar)
Acordo de Preferência Tarifária Regional entre países da ALADI (PTR-04)	Preferências tarifárias.	O acordo foi internalizado pelo Decreto n° 90.782, de 28 de dezembro de 1984.	<u>Panamá:</u> Exportações: 0.8% (30° lugar) Importações: 0.008% (99° lugar)

Elaboração própria. Fonte: dados da plataforma ComexVis e do Ministério da Economia.

Bibliografia

ACHARYA, Rohini (Ed.). **Regional Trade Agreements and the Multilateral Trading System**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

ACORDO entre o Mercosul e a União Europeia: próximos passos. **ApexBrasil**. Disponível em: https://portal.apexbrasil.com.br/relacoes_comerciais/acordo-entre-o-mercossul-e-a-uniao-europeia-proximos-passos/. Acesso em julho de 2020.

AYUSO, Silvia. França freia acordo entre UE e Mercosul, “preocupada” com seu impacto no desmatamento. **El País**, 18 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-18/franca-freia-acordo-entre-ue-e-mercossul-preocupada-com-seu-impacto-no-desmatamento.html>. Acesso em outubro de 2020.

AYUSO, Silvia; SÁNCHEZ Álvaro. Francia amenaza con bloquear el acuerdo con Mercosur por los incendios en Brasil. **El País**, 23 de Agosto de 2019. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/08/23/actualidad/1566554931_522227.html. Acesso em julho de 2020.

BADIN, Michelle Ratton; CARVALHO, Marina Amaral Egydio; RORIZ, João Henrique Ribeiro. O perfil regulatório nos acordos regionais de comércio do Brasil com o seu entorno. In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Os BRICS e seus vizinhos: comércio e acordos regionais**. Brasília: Ipea, 2014.

BANCO MUNDIAL. Deep Trade Agreements Database. Disponível em: <https://datatopics.worldbank.org/dta/dashboard.html>. Acesso em setembro de 2020.

BENITES, Afonso. Desmatamento sob Bolsonaro afasta investidores e ameaça acordo Mercosul-União Europeia. **El País**, 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-25/desmatamento-sob-bolsonaro-afasta-investidores-e-ameaca-acordo-mercossul-uniao-europeia.html>. Acesso em outubro de 2020.

BOOTH, Wayne *et al.* **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL ECONÔMICO. Entenda o processo de aprovação do acordo entre Mercosul e União Europeia. 03 de julho de 2019. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2019-07-03/entenda-o-processo-de-aprovacao-do-acordo-entre-mercossul-e-uniao-europeia.html>. Acesso em julho de 2020.

COMEX STAT. **ComexVis**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em setembro de 2020.

COMISSÃO EUROPEIA. **Abordagem da União Europeia em matéria de desenvolvimento sustentável.** Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/international-strategies/sustainable-development-goals/eu-approach-sustainable-development_pt. Acesso em outubro de 2020.

COMISSÃO EUROPEIA. **UE líder no comércio agroalimentar a nível mundial**, 05 de setembro de 2019, Bruxelas. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_19_5527. Acesso em outubro de 2020.

EL cambio climático preocupa a los europeos más que el terrorismo global. **Agencia EFE**. 10 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/espana/sociedad/el-cambio-climatico-preocupa-a-los-europeos-mas-que-terrorismo-global/10004-4061493>. Acesso em julho de 2020.

EL cambio climático preocupa a los europeos más que el terrorismo global. **Agencia EFE**. 10 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/espana/sociedad/el-cambio-climatico-preocupa-a-los-europeos-mas-que-terrorismo-global/10004-4061493>. Acesso em julho de 2020.

EUROPEAN COMMISSION. **Negotiating EU trade agreements**. Who does what and how we reach a final deal, junho de 2018. Disponível em: https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2012/june/tradoc_149616.pdf. Acesso em julho de 2020.

EUROPEAN COMMISSION. **Trade**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-andregions/regions/mercosur/#:~:text=11%20trade%20in%20goods%20partner,EU%20were%20%E2%82%AC35.9%20billion.&text=The%20EU%20exported%20%E2%82%AC21,to%20the%20EU%20in%202018>. Acesso em setembro de 2020.

EUROPEAN COMMISSION. **New EU-Mercosur trade agreement. The Agreement in principle**. Brussels, 1º de julho de 2019. Disponível em: https://trade.ec.europa.edu/doclib/docs/2019/june/tradoc_157964.pdf. Acesso em outubro de 2020.

EXECUTIVE OFFICE OF THE PRESIDENT OF UNITED STATES. **The Economic Benefits of US Trade**, maio de 2015. Disponível em: www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/cea_trade_report_final_non-embargoed_v2.pdf. Acesso em março de 2020.

GHIOTO, Luciana. EU-Mercosur. **Bilaterals**, setembro de 2019. Disponível em: <https://www.bilaterals.org/?-eu-mercosur-&lang=en>. Acesso em janeiro de 2020.

GHIOTTO, Luciana; ECHAIDE, Javier. **Analysis of the Agreement between the European Union and the Mercosur**. Berlin, Buenos Aires, Brussels: Anna Cavazzini MEP, The Greens/EFA, 2019.

GNCE – ITAMARATY. **Apresentação perante a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados**. 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2019/audiencia-publica-20-de-agosto-de-2019-mre>. Acesso em setembro de 2020.

HORN, Henrik; MAVROIDIS, Petro; SAPIR, Andre. **Beyond the WTO? An Anatomy of EU and US Preferential Trade Agreements**. Bruxelas: Bruegel Blueprint Series, 2009.

INFORMATIVO CNI, nº 3, 2018. Disponível em: http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2018/12/integracao_internacional_3trim_2018_v2.pdf. Acesso em julho de 2020.

JANSEN, Marion; SOLLEDER, Olga; BOFFA Mauro. (2017). Do We Need Deeper Trade Agreements for GVCS or just a bit? **International Trade Centre**, outubro 2017.

KURTZ, Jürgen. Regional Trade Agreements and the WTO Legal System. **European Journal of International Law**, v. 19, Oxford University Press, Oxford, 2008.

KURTZ, Jürgen. Regional Trade Agreements and the WTO Legal System. **European Journal of International Law**, Oxford University Press, v. 19, issue 2, 2008.

LAMPERT, Martijn *et al.* **Global rise in environmental concern: Glocalities global trend analysis report**. Amsterdam: Glocalities, 29 de agosto de 2019.

LOPEZ, Teresa Ancona. **Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

LOWE, Sam. **The EU should reconsider its approach to trade and sustainable development**. Disponível em <https://www.cer.eu/insights/eu-should-reconsider-its-approach-trade-and-sustainable-development>. Acesso em abril de 2021.

MAGRINI, Flávia Cristina de Lima Ferreira. **Acordos regionais de comércio: o caso das cláusulas ambientais**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARQUES, Claudia; GABRIEL, Vivian Daniele Rocha. Acordo Mercosul/União Europeia (EU), Sustentabilidade e o Princípio da Precaução. **Revista de Direito do Comércio Internacional**, n. 02, EnLaw, 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Mercosul-EU: veja como ficam as tarifas e cotas para produtos agrícolas.** Disponível em: <http://agricultura.gov.br/noticias/mercosul-ue-veja-como- ficam-tarifas-e-cotas-para-produtos-agricolas>. Acesso em outubro de 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>. Acesso em setembro de 2020.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, INTERNATIONAL TRADE AND WORSHIP ARGENTINA. MERCOSUR-EU: Statements., 28 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ar/en/announcements/news/mercosur-eu-statements>. Acesso em março de 2020.

MOREIRA, Assis. Brasil mantém posição no comércio mundial. **Valor**. 08 de abril de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/04/08/brasil-mantm-posio-no-comrcio-mundial.ghtml>. Acesso em maio de 2020.

NUÑEZ-GIMENEZ, Alejandro. **Can we afford economic growth and limit global warming?** Group for Sustainability and Technology, at ETH Zürich, 2017 Disponível em: <https://anunezjimenez.com/2017/10/02/can-we-afford-economic-growth-and-limit-global-warming/>. Acesso em março de 2020.

RICARDO, David. **The Principles of Political Economy & Taxation**. London / New York: J.M. Dent; E.P. Dutton, 1911.

SACHS, Ignacy. Desarrollo y trabajo decente para todos. **Revista Internacional del Trabajo**, vol. 123, núm. 1-2, 2004.

SAMUELSON, Paul. **Economics**. 10th ed. New York: McGraw-Hill, 1976.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and Its Discontents**. New York: W.W. Norton, 2002.

Tais informações podem ser obtidas no seguinte documento: ITAMARATY. **Acordo de associação Mercosul-União Europeia**. Resumo informativo elaborado pelo Governo Brasileiro. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/2019_07_03_-_Resumo_Acordo_Mercosul_UE.pdf. Acesso em março de 2020.

THORSTENSEN, Vera; MOTA, Catherine Rebouças; ARIMA JR, Mauro KIITHI. O princípio da precaução na OCDE. **Working Paper 515 – CCGI nº 19**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, outubro de 2019.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Resolução 70/1**. A/RES/70/1, "Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development", adotada em 25 de setembro de 2015.

VAN DEN BOSSCHE, Peter; ZDOUC, Werner. **The law and policy of the World Trade Organization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

VAN DEN BOSSCHE, Peter; ZDOUC, Werner. *The law and policy of the World Trade Organization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

VIEIRA, Sergio. Acordo Mercosul-UE deve baratear produtos, mas forçar eficiência e produtividade. **Agência Senado**, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/08/acordo-mercosul-ue-deve-baratear-produtos-mas-forcar-eficiencia-e-productividade>. Acesso em outubro de 2020.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías; RIBEIRO, Thais Lemos. **Sistema internacional de hegemonia conservadora – governança global e democracia na era da crise climática**. São Paulo: Annablume, 2013.F

WOLF, Martin. **Why Globalization Works?** Yale University Press, 2005.

WORLD BANK. **Global economic prospects and the developing countries**: 2001, 05 de maio de 2004. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/937201468139765536/global-economic-prospects-and-the-developing-countries-2001-overview>. Acesso em: março de 2020.

WORLDWIDE NGO Directory. **WANGO**. Disponível em: <https://www.wango.org/resources.aspx?section=ngodir&sub=region®ionID=5&col=cc3300>. Acesso em outubro de 2020.

WTO. Appellate Body Report, Australia – Measures Affecting Importation of Salmon. WTO Doc. WT/DS18/AB/R, adotadas em 6 de novembro de 1998.

WTO. Appellate Body Report, EC – Measures Concerning Meat and Meat Products (Hormones). Doc. WT/DS26/AB/R, adotadas em 13 de fevereiro de 1998.

WTO. **Brazil. Trade in Value Added and Global Value Chains**. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/miwi_e/BR_e.pdf. Acesso em maio de 2020.

WTO. **Ministerial Conference, Doha Ministerial Declaration**, WT/MIN(01)/DEC/1, 20 de Novembro de 2001.

WTO. **Regional Trade Agreements Database.** Disponível em: <https://rtais.wto.org/UI/publicsummarytable.aspx>. Acesso em março de 2020.

WTO. **Regional Trade Agreements: Goods Rules. The basic rules for goods.** Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/regatt_e.htm. Acesso em abril de 2020.

WTO. **Trade Profiles: Brazil.** Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/daily_update_e/trade_profiles/BR_e.pdf. Acesso em maio de 2020.

WTO. **World Trade Statistical Review – 2019.** Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2019_e/wts2019_e.pdf. Acesso em maio de 2020.